



# ECONOMIA POLÍTICA

**EDITORIA RIO**



**Editora Saraiva**

Esse material foi produzido a partir de Convênio de Colaboração firmado entre as Instituições:





## **Expediente**

**Curso de Direito — Coletânea de Exercícios**  
**Coordenação Geral do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá**  
Prof. André Cleófas Uchôa Cavalcanti

**Coordenação do Projeto**  
Núcleo de Qualificação e Apoio Didático-Pedagógico

**Coordenação Pedagógica**  
Profa. Tereza Moura

**Organização da Coletânea**  
Prof. José Machado Carregosa

**Colaboradores**  
Profa. Cristiane Viera Valente  
Profa. Gisele Corvisier de Almeida  
Prof. Isaac Benjô Neto  
Prof. João Eduardo de Alves Pereira  
Prof. José Julio Ferri Martinez  
Prof. Kléber Duarte de Vasconcelos Filho  
Prof. Marcelo Pires Leite  
Prof. Renato Ribeiro Pitta



## CARO ALUNO

A Metodologia do Caso Concreto aplicada em nosso Curso de Direito, é centrada na articulação entre teoria e prática, com vistas a desenvolver o raciocínio jurídico. Ela abarca o estudo interdisciplinar dos vários ramos do Direito, permitindo o exercício constante da pesquisa, a análise de conceitos, bem como a discussão de suas aplicações.

O objetivo é preparar os alunos para a busca de resoluções criativas a partir do conhecimento acumulado, com a sustentação por meio de argumentos coerentes e consistentes. Desta forma, acreditamos ser possível tornar as aulas mais interativas e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do ensino oferecido.

Na formação dos futuros profissionais, entendemos que não é papel do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá tão somente oferecer conteúdos de bom nível. A excelência do curso será atingida no momento em que possamos formar profissionais autônomos, críticos e reflexivos.

Para alcançarmos esse propósito, apresentamos a Coletânea de Exercícios, instrumento fundamental da Metodologia do Caso Concreto. Ela contempla a solução de uma série de casos práticos a serem desenvolvidos pelo aluno, com auxílio do professor.

Como regra primeira, é necessário que o aluno adquira o costume de estudar previamente o conteúdo que será ministrado pelo professor em sala de aula. Desta forma, terá subsídios para enfrentar e solucionar cada caso proposto. O mais importante não é encontrar a solução correta, mas pesquisar de maneira disciplinada, de forma a adquirir conhecimento sobre o tema.

A tentativa de solucionar os casos em momento anterior à aula expositiva, aumenta consideravelmente a capacidade de compreensão do discente. Este, a partir de um pré-entendimento acerca do tema abordado, terá melhores condições de, não só consolidar seus conhecimentos, mas também dialogar de forma coerente e madura com o professor, criando um ambiente acadêmico mais rico e exitoso.

Além desse, há outros motivos para a adoção desta Coletânea. Um segundo a ser ressaltado, é o de que o método estimula o desenvolvimento da capacidade investigativa do aluno, incentivando-o à pesquisa e, conseqüentemente, proporcionando-lhe maior grau de independência intelectual.

Há, ainda, um terceiro motivo a ser mencionado. As constantes mudanças no mundo do conhecimento — e, por conseqüência, no universo jurídico — exigem do profissional do Direito, no exercício de suas atividades, enfrentar situações nas quais os seus conhecimentos teóricos acumulados não





serão, *per si*, suficientes para a resolução das questões práticas a ele confiadas. Neste sentido, e tendo como referência o seu futuro profissional, consideramos imprescindível que, desde cedo, desenvolva hábitos que aumentem sua potencialidade intelectual e emocional para se relacionar com essa realidade. E isto é proporcionado pela Metodologia do Estudo de Casos.

No que se refere à concepção formal do presente material, esclarecemos que o conteúdo programático da disciplina a ser ministrada durante o período foi subdividido em 15 partes, sendo que a cada uma delas chamaremos “Semana”. Na primeira semana de aula, por exemplo, o professor ministrará o conteúdo condizente a Semana nº 1. Na segunda, a Semana nº 2, e, assim, sucessivamente.

O período letivo semestral do nosso curso possui 22 semanas. O fato de termos dividido o programa da disciplina em 15 partes não foi por acaso. Levou-se em consideração não somente as aulas que são destinadas à aplicação das avaliações ou os eventuais feriados, mas, principalmente, as necessidades pedagógicas de cada professor.

Isto porque, o nosso projeto pedagógico reconhece a importância de destinar um tempo extra a ser utilizado pelo professor — e a seu critério — nas situações na qual este perceba a necessidade de enfatizar de forma mais intensa uma determinada parte do programa, seja por sua complexidade, seja por ter observado na turma um nível insuficiente de compreensão.

Hoje, após a implantação da metodologia em todo o curso no Estado do Rio de Janeiro, por intermédio das Coletâneas de Exercícios, é possível observar o resultado positivo deste trabalho, que agora chega a outras localidades do Brasil. Recente convênio firmado entre as Instituições que figuram nas páginas iniciais deste caderno, permitiu a colaboração dos respectivos docentes na feitura deste material disponibilizado aos alunos. A certeza que nos acompanha é a de que não apenas tornamos as aulas mais interativas e dialógicas, como se mostra mais nítida a interseção entre os campos da teoria e da prática, no Direito.

Por todas essas razões, o desempenho e os resultados obtidos pelo aluno nesta disciplina estão intimamente relacionados ao esforço despendido por ele na realização das tarefas solicitadas, em conformidade com as orientações do professor. A aquisição do hábito do estudo perene e perseverante, não apenas o levará a obter alta *performance* no decorrer do seu curso, como também potencializará suas habilidades e competências para um aprendizado mais denso e profundo pelo resto de sua vida.

Lembre-se: na vida acadêmica, não há milagres; há estudo com perseverança e determinação. Bom trabalho.

Coordenação Geral do Curso de Direito





## PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DAS COLETÂNEAS DE EXERCÍCIOS

1. O aluno deverá desenvolver pesquisa prévia sobre os temas objeto de estudo de cada semana, envolvendo a legislação, a doutrina e a jurisprudência e apresentar soluções, por meio da resolução dos casos, preparando-se para debates em sala de aula.

2. Antes do início de cada aula, o aluno depositará sobre a mesa do professor o material relativo aos casos pesquisados e pré-resolvidos, para que o docente rubrique e devolva no início da própria aula.

3. Após a discussão e solução dos casos em sala de aula, com o professor, o aluno deverá aperfeiçoar o seu trabalho, utilizando, necessariamente, citações de doutrina e/ou jurisprudência pertinentes aos casos.

4. A entrega tempestiva dos trabalhos será obrigatória, para efeito de lançamento dos graus respectivos (zero a dois), independentemente do comparecimento do aluno às provas.

5. Até o dia da AV1 e da AV2, respectivamente, o aluno deverá entregar o conteúdo do trabalho relativo às aulas já ministradas, anexando os originais rubricados pelo professor, bem como o aperfeiçoamento dos mesmos, organizado de forma cronológica, em pasta ou envelope, devidamente identificados, para atribuição de pontuação (zero a dois), que será somada à que for atribuída à AV1 e AV2 (zero a oito).

6. A pontuação relativa à coletânea de exercícios na AV3 (zero a dois) será a média aritmética entre os graus atribuídos aos exercícios apresentados até a AV1 e a AV2 (zero a dois).

7. As AV1, AV2 e AV3 valerão até oito pontos e conterão, no mínimo, três questões baseadas nos casos constantes da Coletânea de Exercícios.

*Coordenação Geral do Curso de Direito*



## SUMÁRIO

### SEMANA 1

Aspectos essenciais dos conceitos econômicos básicos. 9

### SEMANA 2

O Estado na economia; justiça e geração de riqueza. 13

### SEMANA 3

Estruturas de mercado. 16

### SEMANA 4

Economia e meio ambiente. 21

### SEMANA 5

Fundamentos de economia monetária. 27

### SEMANA 6

Autoridades Monetárias 31

### SEMANA 7

Definição de câmbio. 34

### SEMANA 8

Organismos internacionais: FMI, OMC e BIRD. 38

### SEMANA 9

Crescimento econômico. 41

### SEMANA 10

Definições de setores formais (tributáveis) e informais  
(não-tributáveis) da economia. 44



### SEMANA 11

Políticas econômico-sociais. 48

### SEMANA 12

Tributação. 53

### SEMANA 13

A desigualdade de renda pessoal e regional,  
e suas conseqüências. 56

### SEMANA 14

A economia local (regional). 59

### SEMANA 15

Desenvolvimento econômico sustentável. 63





## SEMANA 1

**Aspectos essenciais dos conceitos econômicos básicos. Fundamentos econômicos das decisões jurídicas. O Direito e a Economia como ciências sociais. A regulamentação das relações econômicas; compradores e vendedores como demanda e oferta.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

### ≡ Caso 1

Compreender os aspectos essenciais dos conceitos econômicos básicos. Os fatores determinantes da demanda, objetivo do consumidor e lei geral da demanda. Os fatores determinantes da oferta, objetivo da firma e lei geral da oferta.

#### **Cresce número de usuários de ônibus**

A Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor) atribui o aumento do número de passageiros pagantes nos ônibus à manutenção do valor da tarifa, que permanece o mesmo desde dezembro de 2004.

A promotora de vendas Adriana Sales, 19, mora no bairro Papicu e trabalha em Maracanaú. Ela observa que, para o deslocamento diário em Fortaleza, utiliza quatro ônibus e que seria muito difícil essa rotina se o valor da tarifa não estivesse estabilizado, pois ainda paga pelo serviço metropolitano. “O problema ainda é a demora em alguns horários”. Adriana é uma das usuárias do sistema de transporte coletivo por ônibus. Segundo a Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S.A. (Etufor), de janeiro a julho deste ano, 165.987.911 passageiros utilizaram esse sistema, o que equivale a um acréscimo de 5,8% no número de passageiros pagantes em relação ao mesmo período do ano passado, quando a demanda transportada foi de 156.809.202.



Os números apontam que mais pessoas estão andando de ônibus. O presidente da Etufor, Ademar Gondim, atribui esse crescimento à manutenção da tarifa de ônibus, que, desde dezembro de 2004, está estabilizada em R\$ 1,60 e R\$ 0,80 (estudantes). Além da criação da tarifa social de transportes, que reduz a passagem para R\$ 1,00 e R\$ 0,50 (estudantes) no último domingo de cada mês, e, ainda, ao combate ao transporte irregular. Ele acrescenta ainda a renovação da frota de ônibus.

Segundo o levantamento feito pelo órgão, os números demonstram a recuperação de passageiros que vem sendo observada desde 2005. Quando se compara o mês de maio de 2007 com maio de 2004, revela-se um incremento de 17% de usuários transportados. A vendedora Antonia Matias diz que, para o trabalhador, o preço da passagem já está no limite e, se subir mais, vai trabalhar só para pagar o deslocamento: “Só ando de ônibus, são quatro por dia, pois não vejo vantagem em pegar topique”.

O assessor técnico do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus), Francisco Pessoa de Araújo Neto, diz que o sistema está se recuperando de uma queda muito grande. Em 2004, por exemplo, a média de passageiros pagantes por mês era de 21 milhões e 330 mil e, em 2005, houve um pequeno acréscimo, marcando o início da reversão dessa situação. Ele também aponta, como fator para a recuperação da demanda, a manutenção da tarifa e a implantação do vale eletrônico. “É para comemorar, mas também temos que estar sempre preocupados com a melhoria da qualidade de atendimento para essa demanda crescente.”

Pessoa Neto ressalta que, nos últimos 15 anos, houve um aumento de 50% da frota, mas ainda é preciso reduzir o tempo de viagem como forma de atrair ainda mais os passageiros. Isso porque a demora ainda é uma queixa freqüente dos usuários. Segundo ele, isso se deve ao trânsito congestionado, que faz o passageiro ficar muito tempo no transporte. “Esse quadro só será revertido com intervenções no sistema viário que possibilitem mais agilidade aos ônibus.”

De acordo com a Etufor, o sistema de transporte público é formado por quatro segmentos: ônibus com uma frota operante de 1.662; vans, 320; táxis, 4.072 e mototáxis, 2.209. Em 1992, teve iní-



cio o sistema de integração com a utilização dos terminais fechados. Atualmente, existem os terminais do Papicu, Siqueira, Antônio Bezerra, Parangaba, Lagoa, Messejana e Conjunto Ceará.

Segundo o Sindiônibus, no início da década de 1990, antes do sistema integrado, a frota operante de ônibus era de 1.100 veículos e a demanda de passageiros pagantes era de 30,8 milhões por mês. Em 2004, a frota era de 1.582 e o número médio de passageiros, por mês, 21 milhões e 330 mil. A média mensal de passageiros pagantes este ano é de 23.712. A idade da frota é inferior a cinco anos.

(*O Povo*, Fortaleza, 01/09/2007)

### **Questões:**

1. Identifique os agentes de mercado no texto acima (oferta e demanda).
2. Com base no texto, relacione os motivos do aumento no número de passageiros pagantes em ônibus na cidade de Fortaleza.
3. Relacione o problema da escassez com o aumento de passageiros nos ônibus de Fortaleza.

### **≡ Caso 2**

Fundamentos econômicos das decisões jurídicas. A ordem econômica na legislação constitucional. Definição de mercado. Fatores determinantes da Oferta e Demanda.

#### **Serviços que pesam no bolso**

Diretamente ligado ao crescimento da economia, o setor de serviços passa hoje por uma recomposição de preços. Os brasileiros estão aproveitando o fato de terem mais dinheiro no bolso para atividades como comer fora ou ir ao salão de beleza, abrindo espaço para reajustes. A inflação relativa às despesas pessoais cresce hoje num ritmo em torno de 8%, nos últimos 12 meses, encerrados em junho, enquanto o IPCA, no mesmo período, está em 3,69%.

Na avaliação interna de parte do governo, no entanto, esse fenômeno não é suficiente para alterar a tendência de redução da taxa básica de juros do Banco Central. Segundo técnicos, a recomposição dos preços de serviços está diretamente ligada ao aumento da renda e do consumo, mas não representa riscos para a política de combate

à inflação. A perspectiva é que essa alta de preços vai se acomodar em novo patamar e não é uma explosão inflacionária.

[...] Desde 2005, quando a economia ficou mais aquecida, passando a ter reflexos sobre a massa salarial (soma dos rendimentos de todos os trabalhadores), a inflação do segmento de despesas pessoais vem crescendo acima da média da inflação. Em 2005, por exemplo, o IPCA ficou em 5,7%, enquanto o índice de despesas pessoais cresceu 7% e a massa salarial, 4,6%. Em 2006, o IPCA fechou o ano em 3,1%, a alta das despesas pessoais em 7,3% e a massa salarial em 6,4%.

Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, na demanda por serviços como o de manicure e pedicure. A manicure Jaci Bento tem hoje mais de 50 clientes que atende em casa. Ela conta que a demanda é tão elevada que tem recusado serviços: “Dispensei mais ou menos 20 freguesas novas recentemente”.

Ela afirma ainda que tem sido muito procurada mesmo tendo elevado seus preços em função dos reajustes nos transportes: “Eu repasso para o serviço o preço da passagem de ônibus”.

Segundo a economista Marcela Prada, da consultoria Tendências, a inflação de serviços deve continuar crescendo acima da média. Mas ela também acha que esse fenômeno não deve ser visto com preocupação do ponto de vista da política monetária. “O setor de serviços é fortemente influenciado pelo aumento da demanda e, por isso, deve continuar crescendo. Mas ele representa cerca de 14% do IPCA, que vem se comportando abaixo da meta” — diz Prada.

Diretor do Instituto de Economia da UFRJ, João Sabóia também afirma que não há motivo para preocupação: “A inflação está baixa, a economia está crescendo sem gerar pressões sobre os preços”.

Já o economista Luís Otávio Leal, do Banco ABC Brasil, alerta que o setor de serviços tem como característica refletir as expectativas da sociedade em relação ao comportamento dos preços. Por isso, ele deve ser sempre monitorado. “O setor de serviços é reativo. Ele é um termômetro do nível de atividade” — afirma Leal.

(O Globo, 06/08/2007)

### Questões:

1. Como está definida a ordem econômica na Constituição brasileira?



2. Como, a partir do texto, o aumento da demanda influencia o nível de preços? Fundamente a resposta.

3. Relacione a situação observada no texto acima com o papel do Estado na defesa do consumidor, prevista na legislação constitucional.

## **SEMANA 2**

**O Estado na economia; justiça e geração de riqueza. Equilíbrio de mercado. Política de preços: congelamento, preços mínimos e tabelamento. Outras formas de intervenção do Estado no campo do abastecimento; estoques reguladores, incentivos diversos à produção, quebras de patentes, etc. A legislação sobre a intervenção do Estado no campo do abastecimento.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Direito econômico*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- GALVEZ, Carlos. *Manual de economia política atual*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

### **≡ Caso 1**

- a) Equilíbrio de mercado.
- b) Política de preços.
- c) A interferência governamental no equilíbrio de mercado.

#### **Inflação nos alimentos — dá para acreditar?**

Cunhada em 2007, a expressão “agflation” refere-se ao aumento dos preços das *commodities* agrícolas, observado a partir de 2006 e intensificado em 2007. O argumento central, defendido até por autoridades do governo brasileiro, diz que o aumento da demanda por alimentos e o uso cada vez maior de produtos agrícolas para a produção de biocombustíveis levarão a um aumento consistente nos preços. Assim, esses dois fatores teriam alterado uma regra que era aceita como irreversível:

os preços dos produtos agrícolas tendem, historicamente, a apresentar quedas reais, ou seja, a subir menos que a inflação. Ganhos de produtividade na agricultura explicariam a capacidade do setor de continuar se expandindo mesmo que com quedas reais nos seus preços.

Afinal, o patamar de preços mudou? E a regra da queda real foi, finalmente, quebrado?

[...] No Brasil, a tendência é semelhante: o índice de preços dos fertilizantes, medido pela FGV, aponta crescimento de 90% de 2002 até hoje, muito parecido com o observado nos EUA. Veja que o aumento dos preços dos fertilizantes foi o dobro dos 46% de crescimento no índice de preços de alimentos. Não é preciso ir muito longe para inferir que o aumento no combustível seguiu tendência semelhante. No caso de um produtor de leite, gado de corte, frango e porco, embora os fertilizantes tendam a pesar menos na conta do custo, o crescimento do preço das rações faz o contraponto.

Dado que estamos assistindo a um aumento mundial nos custos, um ajuste no patamar normal certamente vai ocorrer [...].

(O Estado de S.Paulo, 19/09/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, o mercado internacional de produtos agrícolas estaria mudando sua tendência histórica? Fundamente a resposta.
2. Tabelamento de preços seria uma política eficiente no setor para evitar um aumento de preços dos produtos agrícolas? Fundamente a resposta.
3. Podemos dizer, a partir do texto, que o mercado se encontra em seu ponto de equilíbrio? Fundamente a resposta.

### == Caso 2

- a) A importância da Economia para o estudo do Curso de Direito.
- b) Outras formas de intervenções do Estado na economia.
- c) A legislação sobre a intervenção do Estado no campo do abastecimento.



### **Seder discute implementação da cadeia de Ovino no estado**

*Representantes da cadeia da ovinocultura se reúnem com secretário Neldo Egon e deputado Wallace Guimarães na Seder-MT.*

Deputado Wallace Guimarães se reuniu nessa quinta-feira com criadores de ovinos de diferentes regiões do Estado, proprietários de frigoríficos, representantes da Associação dos Criadores de Ovinos do Estado de Mato Grosso (Ovinomat), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e médicos veterinários, para discutir a implementação da cadeia do ovino no Estado.

Foi reivindicado apoio do governo do Estado para que a comercialização do produto seja mais intensificada com, por exemplo, realização de um trabalho forte de mídia nos supermercados para que a carne ovina chegue aos paladares de quem ainda não a conhece. Outro fator discutido foi a implementação da venda para outros Estados. O secretário Neldo Egon disse que a Seder-MT pretende colaborar para que a cadeia da ovinocultura atinja um patamar ideal de produção e comercialização em um curto período de tempo.

“Temos interesse que a carne ovina seja produzida e vendida em todas as regiões do Estado, exportada para outros Estados e, por que não, para fora do país. Isso não só porque o objetivo desse governo é o desenvolvimento rural de todas as cadeias produtivas, mas também por sermos apreciadores dessa carne e queremos que o setor avance para que a maioria da população mato-grossense também possa ter acesso”, disse o secretário Neldo Egon.

De acordo com dados da Associação de Criadores de Ovinos, Mato Grosso tem hoje um total de 774 mil cabeças e tem, como meta, chegar a cinco milhões em 2010. O município de Nova Mutum (260 km ao Norte de Cuiabá) é o que tem o maior rebanho, com cerca de 50 mil cabeças.

O deputado estadual Wallace Guimarães participou da reunião e se comprometeu em apoiar a ovinocultura no Poder Legislativo.

*(Gazeta de Cuiabá, 31/08/2007)*

1. Relacione, na legislação constitucional, a forma de intervenção do Estado na produção de alimentos.

2. Identifique, na legislação, outra(s) forma(s) de intervenção do Estado no processo produtivo.

3. No caso de intervenção nos preços, o governo poderia fazer uma política de preços mínimos para a ovinocultura? Fundamente a resposta.

## SEMANA 3

**Estruturas de mercado. Apresentação dos parâmetros de identificação das estruturas de mercado. Contextualização das transformações das estruturas de mercado na atualidade. Processo de concentração econômica, a legislação e os organismos governamentais criados para combater a dominação de mercado. Legislação básica relacionada à estrutura e à concentração de mercado.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo, *Direito, economia e mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

### == Caso 1

- a) Apresentação dos parâmetros de identificação das estruturas de mercado.
- b) A livre concorrência na Constituição brasileira.
- c) Legislação básica relacionada à estrutura e à concentração de mercado.

**Ex-presidente da CVM diz que teles querem oligopólio**

*Deputado Jorge Bittar (PT-RJ) defende a união das teles para evitar que grupos como Telmex e Telefônica estabeleçam duopólio.*

O ex-presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Ary Oswaldo de Mattos Filho, critica o discurso nacionalista em favor da fusão da Telemar com a Brasil Telecom (BrT). Para ele, as empresas querem o oligopólio e não haveria necessidade de controle nacional nas



telecomunicações. “Caminhamos para um processo de fusões, aglutinações, nos setores bancários, de telefonia, aviação, e voltando a conviver com oligopólios tendentes a monopólio. É a volta de um passado que levou o país à bancarrota. O importante é partir para um regime de competição e não deixar que as agências reguladoras sejam apreendidas pelos setores que elas precisam controlar”, afirma Mattos Filho, que presidiu a CVM de 1990 a 1992.

A eventual fusão das duas companhias, para a criação de uma supertele nacional, divide opiniões, mas o debate está apenas começando. O ministro Hélio Costa, das Comunicações, se declara defensor de criar uma empresa nacional forte no setor, “para competir com as multinacionais não só no Brasil, mas regionalmente, na América Latina. [...]”.

O deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ) é o principal defensor, no Congresso, da fusão entre Telemar e BrT. “Sou absolutamente favorável à existência de uma concessionária forte, sob controle de capital nacional, para evitar que os grupos Telmex e Telefônica estabeleçam um duopólio no Brasil, a exemplo do que está acontecendo nos demais países da América do Sul e América Central. Se não houver a fusão, elas serão engolidas. É matar ou morrer”, afirmou.

*(Folha de S.Paulo, 09/09/2007)*

### Questões:

1. Qual a importância da concorrência para o mercado e como a livre concorrência está expressa na Constituição brasileira?
2. O que é um oligopólio e como esta estrutura de mercado pode representar uma ameaça aos consumidores?
3. Identifique, na legislação brasileira, a defesa da concorrência e qual a instituição que deve julgar os casos de ameaça ao processo de concorrência no Brasil. Fundamente a resposta.

### == Caso 2

- a) Os efeitos nocivos à concorrência de um processo excessivo de concentração de mercado.
- b) Medidas que podem ser tomadas pelos órgãos de defesa da concorrência.



- c) As consequências da concentração excessiva do mercado nos direitos básicos dos consumidores.

### **A guardiã da concorrência**

Desde o dia 25 de abril, o Congresso Nacional mantém uma comissão especial para avaliar mudanças na lei que regula a concorrência entre empresas no país e evita a formação de monopólios e cartéis.

[...] Tamanho empenho da economista Elizabeth Farina, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), se justifica ante as profundas mudanças no Cade em discussão no Congresso. Se aprovadas, as leis em debate poderão finalmente atualizar a estrutura e o funcionamento do sistema brasileiro de defesa da concorrência, tornando-o mais apto a responder ao crescente volume de associações, fusões e aquisições de empresas no país. Apenas no primeiro semestre deste ano, mais de 360 novos casos foram encaminhados para análise. O Cade que deve surgir da mudança será mais parecido com congêneres de economias mais modernas, como a americana Federal Trade Commission — atualmente também comandada por uma mulher, a advogada Deborah Platt Majoras. Garantir que o assunto seja adequadamente tratado pelos parlamentares tornou-se uma obsessão para Elizabeth Farina, cujo mandato à frente do Cade termina em 2008. “Minha missão é modernizar o sistema de defesa da concorrência”, diz ela, “a mudança na lei é essencial para isso e não vou medir esforços para que seja aprovada”.

A nova legislação vai condensar dois projetos de lei que patinam no Congresso há anos. O mais amplo deles foi elaborado em conjunto pelos ministérios da Fazenda, da Justiça e da Casa Civil, com a participação de técnicos ligados aos órgãos que atuam na questão da concorrência, entre eles a própria Elizabeth. Sua principal contribuição é alterar a forma como serão analisados os processos de fusão e aquisição. Hoje, após assinar um contrato de negócio, as empresas têm até 15 dias para submetê-los aos órgãos da concorrência. Ou seja, o Cade só se manifesta após os acertos entre as empresas. Esse tipo de procedimento não é adotado em nenhum dos países desenvolvidos do mundo, que preferem ter o parecer do órgão regulador antes de um negócio ser concluído, e revelou-se um problema no Brasil. Uma vez acionado, o Cade pode levar meses, às vezes anos,



para analisar cada caso. Pior: se o Conselho não aprova o negócio, é extremamente complicado desfazê-lo. O maior exemplo desse tipo de dor de cabeça se deu com a compra da Garoto pela Nestlé. O caso tramitou por dois anos antes de o Cade considerá-lo nocivo à concorrência no setor de chocolates. Mas, nesse meio-tempo, a Nestlé já havia praticamente integrado as operações da Garoto. A multinacional ainda briga na justiça para não ter de desmanchar o negócio. Pela nova lei, as empresas não poderão mais fechar uma compra desse quilate sem autorização prévia.

Para que a mudança ocorra, todo o sistema de concorrência será reestruturado, com a criação de uma espécie de Supercade. Atualmente, o sistema de defesa da concorrência conta com três órgãos que se complementam: a Secretaria de Direito Econômico (SDE), ligada ao Ministério da Justiça, a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), subordinada ao Ministério da Fazenda, e o Cade, que é uma autarquia sob a guarda do Ministério da Justiça. Todo processo novo começa passando pelos crivos da SDE e da Seae, e, por fim, é julgado no Cade, independentemente de sua complexidade. Na nova composição, a Seae deve deixar o sistema. A SDE e o Cade, por sua vez, seriam fundidos em um organismo com duas instâncias. Na primeira, haverá um diretor-geral, munido de um corpo técnico, com autonomia para despachar casos mais simples — 95% dos processos. Na instância superior, ficará o conselho, que atuará como um tribunal nas decisões mais complicadas. A meta é que os julgamentos ocorram no máximo em quatro meses. [...]

Enquanto as mudanças no Congresso não se materializam, Elizabeth vem adotando mudanças na dinâmica do trabalho que não dependem de novas leis. Uma das mais importantes foi a adoção do rito sumário, procedimento que reduz o tempo de análise de processos que não afetam a concorrência mas, por força da lei, precisam ser julgados. A compra de postos de gasolina pelo Carrefour no ano passado enquadra-se nessa esfera. Levou quatro meses para ser avaliada — sem o rito sumário, o processo teria se arrastado pelo triplo do tempo. Nos casos mais complexos, para evitar problemas como a Nestlé-Garoto, passaram a ser feitos acordos para que as empresas não integrem operações antes do aval do Cade. A Gol, que aguarda a

aprovação da compra da Varig, está entre as empresas que assinaram acordos desse tipo. As mudanças feitas deram uma projeção nunca antes vista ao sistema brasileiro de defesa da concorrência. [...].

(Exame, 04/07/2007)

### Questões:

1. Como ocorre a prática ilegal na ordem econômica denominada formação de cartel?
2. Com base no texto, comente sobre o papel desempenhado pelo Cade na defesa da concorrência.
3. Identifique, no texto, os outros organismos do sistema de concorrência brasileiro e a proposta de mudanças na lei que regula a concorrência entre empresas no País.

### ≡ Caso 3

- a) Contextualização das transformações das estruturas de mercado na atualidade.
- b) Processo de concentração econômica, a legislação e os organismos governamentais criados para combater a dominação de mercado.
- c) A efetividade de aplicação da Lei Antitruste.

#### **CADE aprova compra de lojas do Sonae pelo Carrefour**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça aprovou, na noite de ontem, a compra de dez lojas do grupo Sonae pelo Carrefour. O negócio foi fechado em maio de 2005 e envolveu lojas em São Paulo, Santos, Guarulhos, e Santo André.

O grupo Sonae informou ao Cade que a operação foi realizada dentro dos planos da empresa de focar as suas atividades na região Sul do país. E o Carrefour alegou que o negócio teve o objetivo de “ampliar e incrementar” as suas atividades no ramo de supermercados e hipermercados no Estado de São Paulo.

Antes de o caso chegar ao Cade, a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda fez uma análise minuciosa do impacto da compra de cada loja. As dez lojas foram divididas em dez mercados diferentes.



A Seae concluiu que apenas na compra de duas lojas haveria algum risco de poder do mercado ao Carrefour. Primeiro, no mercado que envolve os bairros paulistanos do Tatuapé, Vila Carrão, Vila Formosa, Penha, Belém, Mooca e Água Rasa. E, em segundo lugar, no mercado dos bairros de Vila Prudente, Ipiranga, Cursino, Sacomã e Cambuci.

A secretaria concluiu que, mesmo nesses mercados onde o Carrefour tem posição privilegiada, há possibilidade de outros concorrentes entrarem em disputa. Além disso, os próprios fornecedores de produtos podem evitar eventuais aumentos de preços pelo Carrefour.

“Estes mercados são suficientemente contestáveis para que um eventual exercício unilateral de poder de mercado por parte da requerente (Carrefour) seja rapidamente disciplinado por novos investimentos concorrentes”, diz o parecer emitido pela Secretaria de Acompanhamento Econômico.

O relator do processo no Cade, conselheiro Luís Fernando Rigato Vasconcellos, concordou com o parecer da secretaria e votou pela aprovação. Os outros conselheiros seguiram o relator e o negócio acabou sendo aprovado por unanimidade.

(*Valor Econômico*, 20/09/2007)

### Questões:

- a) Quais as consequências para o consumidor se ocorrer uma concentração excessiva no segmento de supermercados?
- b) Por que a intervenção do Cade na atividade econômica não fere o princípio da livre concorrência?
- c) Em que situação se aplica a Lei Antitruste para preservar a livre concorrência?

## **SEMANA 4**

**Economia e meio ambiente. Os efeitos econômicos da destruição do meio ambiente. Política Ambiental no Brasil. Responsabilidade Ambiental Corporativa. Regulamentação, industrialização, desenvolvimento tecnológico e competitividade. Padrões de Consumo e Energia e os efeitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A legislação ambiental e sua relação com o estudo da economia.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- ANTUNES, P. de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lúmen&Júris, 2004.
- MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. *Economia do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

**== Caso 1**

- a) A Economia dos Recursos Naturais.
- b) Responsabilidade Ambiental Corporativa.
- c) A Legislação constitucional ambiental.

**Lixo sem destino**

Mais de 40 milhões de computadores e quase 107 milhões de celulares. O que, à primeira vista, parece um sinal de pujança da economia brasileira, em muito pouco tempo poderá se transformar em catástrofe ambiental. Apesar da explosão de venda de artigos de alta tecnologia nos últimos anos, o país continua sem uma política ou legislação específica sobre o descarte seguro desses equipamentos e dos demais produtos eletroeletrônicos. Com elementos tóxicos em sua composição, como mercúrio e chumbo, a maior parte desses resíduos é hoje eliminada sem nenhuma supervisão.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no entanto, até o fim do ano será encaminhado ao Congresso um projeto de lei propondo a implementação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos. Entre as principais medidas, que ainda estão sendo elaboradas, está a responsabilização de produtores, revendedores e até mesmo consumidores sobre o lixo eletrônico, a exemplo do que acontece na Europa e nos Estados Unidos. Penalidades e multas não estão descartadas, e a forma de fiscalização ainda será definida. “O consumo desses equipamentos aumentou, e eles são cada vez mais descartáveis. Essa evolução tecnológica impõe a necessidade de uma regulamentação. O projeto deverá estabelecer responsabilização do poder público, da indústria e do usuário sobre o descarte seguro desses produtos” — explica o secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano do MMA, Luciano Zica.



[...] Estados e municípios têm liberdade para criar suas próprias leis sobre lixo tecnológico. O Rio, a exemplo do Paraná e de São Paulo, deverá ter, em breve, sua legislação. Segundo o secretário de Meio Ambiente fluminense, Carlos Minc, até o fim do mês será submetido ao governador Sérgio Cabral um decreto estabelecendo regras para a destinação de produtos eletroeletrônicos. O documento será baseado no projeto de lei elaborado pelo próprio Minc em 2004, na época deputado estadual: “Importadores, fabricantes e revendedores terão responsabilidades sobre o destino final dos eletroeletrônicos. Poderá ser estabelecida, ainda, a criação de postos de coletas, a orientação ao consumidor e convênios com cooperativas”.

Em seu projeto, o atual secretário afirma que “o crescimento do e-lixo é particularmente perturbador”, pois contém muitos agentes cancerígenos, como o carbono negro, encontrado no *toner* de impressoras, e o berílio, usado na fabricação da placa-mãe de computadores. “Cerca de 70% do lixo eletrônico do mundo ainda está nas casas das pessoas. A maioria não joga fora celulares, baterias, computadores e pilhas. E o Brasil está na esteira do mundo. A tendência mundial é a reciclagem desses produtos” — afirma o pesquisador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (Ivig)/Coppe, Sérgio Guerreiro.

[...] A resolução 257 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determina que fabricantes e importadores são responsáveis pela coleta, classificação, transporte e destino final de celulares e baterias, por exemplo. Os usuários devem entregá-los aos estabelecimentos onde foram comprados ou à rede de assistência técnica autorizada, para que sejam repassados aos fabricantes ou importadores. Todas as operadoras móveis têm políticas de recolhimento. As lojas próprias da TIM e de alguns parceiros da marca têm caixas de coleta. O mesmo acontece com a Oi. A Vivo informou que a coleta é realizada em todas as lojas próprias e que mais de 30 mil baterias já foram recolhidas no período de janeiro a junho deste ano. Em 2006, foram mais de cem mil coletadas e redirecionadas aos fabricantes.

(O Globo, 22/07/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, relacione a degradação ambiental e a atividade econômica.

2. Qual é a responsabilidade dos fabricantes de computadores e celulares na preservação do meio ambiente?

3. Como a Constituição brasileira estabelece a competência sobre as questões ambientais?

## == Caso 2

- a) As questões socioambientais como fator restritivo ao desenvolvimento econômico.
- b) Política Ambiental no Brasil.
- c) A Legislação constitucional ambiental.

### **Comércio de lixo reciclável ainda é pouco representativo no DF**

O sistema de coleta seletiva do Distrito Federal ainda não possui mercado consolidado na área de reciclagem. A indústria voltada ao setor ainda é tímida se comparada a outras cidades do país. Atualmente, são apenas 12 pequenas cooperativas que atuam no ramo no DF. Em algumas cidades, como Santo André (SP), há um pólo industrial aquecido por 30 cooperativas. Os esforços do governo local em ampliar a coleta seletiva acabam direcionados a essas cooperativas, que conseguem encontrar uma pequena fonte de renda com a reciclagem. A ausência de grandes indústrias também compromete.

Especialista em coleta seletiva, o professor de engenharia Ricardo Bernardes, da Universidade de Brasília (UnB), acredita que o aumento no desempenho industrial com o lixo reciclável seria a forma mais viável de dinamizar a coleta seletiva na capital federal. Para ele, ainda falta vontade política em investir na coleta. “O governo ainda não percebeu que o lixo reciclável também pode ser uma engrenagem para a economia local. Faltam investimentos para esse setor e o destino final do material reciclável acaba ficando para os catadores e as pequenas empresas. Em outros estados, se consegue gerar até R\$ 8 milhões ao ano com a atividade”, garante. No Distrito Federal, as cooperativas conseguem movimentar pouco mais de R\$ 400 mil por mês.

O presidente da Central das Cooperativas do DF (Centcoop), Aldenyir dos Santos da Silva, também reclama do baixo número de centros de reciclagem na capital federal. Mas, segundo ele, são os



distribuidores de material que acabam lucrando com a atividade. “A gente não consegue negociar direto com as indústrias. Os centros de reciclagem é que fazem o intermédio entre catadores e indústria. Nosso trabalho seria mais valorizado se entrássemos em contato direto com as grandes empresas”, diz.

Com o material reciclável em mãos, as cooperativas confeccionam objetos simples que são vendidos nos mercados. As garrafas *pets*, por exemplo, são usadas para montar estruturas de sofás e até mesmo como paredes em algumas construções. O plástico acaba utilizado na confecção de mangueiras e vendido para as empresas de jardinagem. É o ciclo do reaproveitamento como fonte de renda, encontrado pelas cooperativas.

Catador há mais de dez anos no DF, Lindomar dos Santos, 35 anos, reclama da falta de mercado, mas encontrou na reciclagem o sustento da família. Ele consegue ganhar até R\$ 350 por mês recolhendo latas e garrafas de plástico na região do Plano Piloto. O catador reforça os argumentos levantados pelo especialista da UnB. “As empresas pagam um preço razoável pelo lixo, mas ainda é pouco. Daria para aumentar os ganhos se tivesse mais gente interessada na reciclagem”, argumenta.

(Correio Brasiliense, 01/09/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, de que modo a difusão do conceito de sustentabilidade ambiental pode significar níveis mais elevados de inclusão social?
2. Relacione a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) aos programas de coleta seletiva e reciclagem.
3. De que forma a Constituição brasileira trata a preservação do meio ambiente com ênfase no uso eficiente dos recursos naturais?

### ≡ Caso 3

- a) Padrões de consumo e energia e seus efeitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.
- b) Regulamentação, industrialização, desenvolvimento tecnológico e competitividade.
- c) Os acordos internacionais sobre o meio ambiente.



### Verde sobre rodas

Os salões de automóveis, realizados periodicamente em várias cidades do mundo, têm como objetivo exibir os lançamentos das fábricas — além de protótipos futuristas que em geral jamais chegam às ruas. O maior desses eventos, o Salão Internacional do Automóvel de Frankfurt, que abriu as portas na semana passada, mostra mais do que carros novos. A feira revela que a indústria automobilística adotou como estratégia apostar alto nos veículos ecologicamente corretos, ou seja, que rodam com menor quantidade de combustível e emitem menos gases poluentes. Os carros com que sonham os ambientalistas, aqueles movidos a hidrogênio, continuam uma realidade distante. Em compensação, várias fábricas apresentam modelos que usam de maneira inovadora os velhos motores à combustão. A BMW desenvolveu um sistema que desliga o motor em caso de engarrafamento ou semáforo muito demorados — quando o motorista aciona o acelerador, o motor volta a funcionar automaticamente. O sistema faz parte de um pacote de acessórios que tornam alguns modelos da BMW incrivelmente econômicos. Chegam a rodar 1.300 quilômetros com apenas um tanque de diesel. Tudo isso sem abdicar da potência que caracteriza os carros de luxo. [...]

A estratégia da indústria automobilística europeia rumo aos carros verdes surge em meio à discussão sobre a contribuição que os veículos podem dar ao esforço para combater o aquecimento global. A União Europeia pretende promulgar uma lei que limitará, a partir de 2012, a emissão de dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) pelos escapamentos dos automóveis a 120 gramas por quilômetro rodado. Hoje, em média, os carros europeus lançam 160 gramas desse gás tóxico por quilômetro rodado. As fábricas alegam que não têm como cumprir a meta estabelecida pela União Europeia em prazo tão curto. Isso porque os carros verdes têm custo de produção, em média, de 2.750 dólares mais alto do que o dos modelos convencionais. Elas argumentam que esse custo teria de ser repassado ao consumidor, o que dificultaria as vendas. Os carros verdes apresentados no Salão de Frankfurt são uma tentativa de chegar ao meio-termo entre as exigências da União Europeia e o que a indústria é capaz de produzir sem prejudicar seu negócio.

(Veja, 19/09/2007)



### Questões:

1. Com base no texto, mostre a importância das novas tecnologias na preservação do meio ambiente.
2. A partir do texto, responda como o padrão de consumo do sistema capitalista degrada o meio ambiente?
3. Como os acordos internacionais (Rio-92 e Protocolo de Kyoto) podem contribuir para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável?

## SEMANA 5

**Fundamentos de economia monetária. Moeda: origem, formas, funções e definição. Os meios de pagamento e os títulos de crédito: os protagonistas do sistema monetário e financeiro. Legislação que regulamenta a atuação do Bacen — o “banco dos bancos”. Instrumentos de Política Monetária. A ordem monetária na Constituição brasileira.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- GALVEZ, Carlos. *Manual de economia política atual*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

### == Caso 1

- a) Moeda: origem, formas, funções e definição.
- b) Os títulos de crédito.
- c) A legislação constitucional monetária.

#### **Uso de cartão em compra parcelada supera pagamentos à vista**

Depois de os cartões de crédito terem ultrapassado, em 2006, os talões de cheque em números de transações, neste ano o uso do plás-

tico para as compras parceladas vai superar o uso para pagamentos à vista. “Este será o primeiro ano em que o pagamento parcelado vai superar os pagamentos à vista, embora isso já tenha acontecido em alguns meses ao longo dos últimos anos”, disse Fernando Chacon, diretor de marketing para cartões do Itaú. Segundo ele, a expansão se deve ao preço a prazo em quatro ou cinco vezes ser o mesmo do praticado à vista, e também ao aprendizado do consumidor em adequar a capacidade de pagamento ao consumo. “O cartão de crédito para contas parceladas também é uma forma de lojistas e consumidores se prevenirem da inadimplência do pré-datado”, disse Chacon.

No primeiro semestre deste ano, as compras parceladas representaram 50,1% do total, o equivalente a R\$ 41,5 bilhões do faturamento de cartões de crédito, contra 49,9% das feitas à vista (R\$ 41,4 bilhões). Para o fim do ano, a estimativa é que o parcelado chegue a 51,9%, aos R\$ 94,2 bilhões.

Quanto à substituição do cheque pelo cartão como preferência de forma de pagamento, as transações com cartões devem somar R\$ 2,4 bilhões contra R\$ 1,5 bilhão em cheques em 2007. A quantidade de transações de cartão de crédito vai superar a de cheques compensados em 52% no ano, segundo o estudo “O cartão de crédito na economia”, parte da pesquisa mensal de Indicadores do Mercado de Meios Eletrônicos de Pagamento, realizada pelo Itaú. Conforme o levantamento, nos últimos 14 anos, o cartão de crédito ampliou a participação no consumo privado (valor do PIB menos investimentos e gastos do governo) de 2,7% para 14,4%, hoje.

Segundo Chacon, a taxa de crescimento do cartão de crédito tem sido da ordem de 20% cada ano, a exemplo do que ocorreu no desempenho do primeiro semestre deste ano, quando o faturamento foi de R\$ 83 bilhões, com 86 milhões de cartões, contra R\$ 69 bilhões no mesmo período do ano anterior, com 72 milhões de unidades. Para o ano, a previsão é atingir faturamento de R\$ 181,6 bilhões, com 2,381 bilhões de transações e valor médio da compra de R\$ 76. Entre as regiões do país, a maior taxa de expansão foi no Centro-Oeste, com alta de 38,4% do faturamento e 21,7% no número de cartões nos primeiros seis meses deste ano em relação ao mesmo período de 2006. No Norte, o faturamento cresceu 22,3% e os cartões, 15,1%, e,



no Nordeste, 22% e 21,3%, respectivamente. Quanto às negociações na Internet, o cartão de crédito responde por 68% do faturamento das compras que devem somar R\$ 6,4 bilhões neste ano.

(*Correio Brasiliense*, 01/09/2007)

### Questões:

1. Nas modernas economias, os meios de pagamento são constituídos por duas formas de moeda, a manual (em poder do público) e a escritural. Relacionando com o texto, diferencie-as e indique as razões que têm levado à utilização mais ampla da segunda.
2. Quaisquer que sejam as formas de moeda utilizadas, quais as principais funções que elas devem preencher? Cite e explique quais são.
3. Como a Constituição brasileira aborda a questão monetária?

### ≡ Caso 2

- a) Política monetária.
- b) Instrumentos de política monetária.
- c) A ordem monetária na Constituição brasileira.

#### **BB derruba limite de crédito para financiamentos na Expofeira**

O aporte financeiro disponibilizado pelo Banco do Brasil na 42ª Expofeira do Amapá é o maior de todos os anos. Somente para provisão, foram disponibilizados R\$ 7 milhões, sendo R\$ 6 milhões para financiamentos de agricultura familiar e R\$ 1 milhão para médios e grandes produtores. No ano passado, a provisão foi de R\$ 5 milhões. O Banco também anunciou que pode ampliar esses recursos, dependendo da demanda.

O Banco também adotou uma política de desburocratização dos financiamentos, derrubando limites de crédito dos financiamentos rurais. Ou seja, o projeto passa a ser avaliado de acordo com o impacto econômico a que se propõe além de sua viabilidade sem restrições quanto ao valor proposto ao banco.

Durante a Expofeira, o BB também lançou uma modalidade de convênio que estabelece parceria com as empresas que fabricam e/ou comercializam máquinas, equipamentos, implementos e insumos agropecuários. Trata-se do BB Revenda Conveniada, que tem

como finalidade criar mecanismos facilitadores para o atendimento aos clientes, semelhante ao que ocorre nos financiamentos realizados pelos bancos de montadoras.

Nesse modelo, a conveniada (no caso a empresa que vende os equipamentos) orienta o produtor sobre as linhas de crédito disponíveis, coleta a documentação necessária ao estudo da proposta de financiamento e acompanha o andamento do processo de crédito junto ao Banco. Propicia, dessa forma, agilidade e qualidade na concessão do financiamento e na resposta ao cliente.

Um dos diferenciais desse convênio é o acompanhamento *on line* das operações nos seus vários estágios de análise, tanto pela empresa quanto pelo cliente, por meio do *site* específico do Banco.

Através desse mesmo *site*, o agricultor pode acompanhar, durante a Expofeira, o andamento de seu projeto de financiamento. Por enquanto, o serviço está disponível apenas para clientes do Banco.

O sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Propostas de Financiamento permite que os clientes do BB registrem a intenção de financiar a compra de animais, máquinas ou equipamentos.

Nesse primeiro momento o sistema está restrito a financiamentos de bens adquiridos em feiras do agronegócio no país, sendo o primeiro ano a ser adotado na 42ª Expofeira. Futuramente será aberto para todas as operações de financiamento.

O registro pela Internet é ágil. A agência de relacionamento do cliente recebe a proposta de financiamento e entra em contato com o cliente, informando sobre taxas, condições gerais, documentação necessária, e tudo o que for indispensável para a contratação do financiamento.

As empresas vendedoras podem acompanhar o andamento das propostas e agilizar a liberação de documentos que estejam atrasando a liberação dos recursos.

(*Jornal do Dia*, Amapá, 01/09/2007)

### Questões:

1. Como, a partir do texto, as questões relativas à política monetária podem afetar as nossas vidas?
2. Como o governo pode intervir sobre a moeda e quais os fundamentos legais para esta ação do poder público?



3. Como é definida, na Constituição brasileira, a competência para emissão de moeda?

## SEMANA 6

**Autoridades Monetárias — exercem a competência da União para tratar da Política Monetária. Conceitos de taxa de juros e Dívida Interna Pública. A inflação e suas consequências.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- GALVEZ, Carlos. *Manual de economia política atual*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

### ≡ Caso 1

- a) A relação entre taxa de juros e crescimento econômico.
- b) A importância do Investimento e da Poupança.
- c) A estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

#### **Divisão do Copom se amplia e juro cai 0,5 ponto**

Pela 17ª vez consecutiva, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu reduzir a taxa Selic. O corte de ontem, de 0,50 ponto percentual, levou o juro básico para 11,5% ao ano. Por 4 votos a 3, os dirigentes do Banco Central (BC) optaram por manter o ritmo de corte mais intenso, como em junho. Mas a continuidade dos cortes nessa proporção nas próximas reuniões é dúvida, especialmente porque o BC mudou o texto do comunicado divulgado após o encontro de ontem.

“Avaliando as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 11,50% ao ano sem viés, por 4 votos a favor e 3 votos pela redução da taxa Selic em 0,25 ponto. O Comitê irá

acompanhar a evolução do cenário macroeconômico até sua próxima reunião para então definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária”, destacou o BC.

O novo texto aliado ao placar, diferente da reunião anterior (de 5 a 2), reforçou a aposta do mercado financeiro de que os dirigentes do BC diminuem o ritmo de corte para 0,25 ponto já no próximo encontro, marcado para setembro. O economista da Modal Asset Management, Alexandre Povia, avalia que o placar de ontem é uma mensagem de que o resultado do próximo Copom está mais para 0,25 do que para 0,5 ponto. Ele destaca que, de fato, houve uma piora no cenário para corte de juros nas últimas semanas. “A inflação piorou e a atividade econômica está bastante aquecida”, afirmou ele, que acredita que o câmbio ainda dá respaldo para o corte de 0,5 ponto. “Teremos de começar a construir projeções mais programadas para a inflação de 2008.”

O economista do Santander Banespa, Constantin Jancso, também acha que a mudança de um voto reforça uma desaceleração do corte. Na opinião dele, a alta verificada na inflação é pontual. O que vai pesar na decisão do BC é o ritmo de atividade bastante robusto. “Os cortes promovidos pelo BC ainda não se materializaram na economia. Ainda terão muito impacto na atividade.” O economista aposta numa Selic de 10,75%, ao fim deste ano, e de 9,75%, em 2008.

O economista da Sul América Investimentos, Newton Rosa, tem opinião semelhante: “Com a economia evoluindo em ritmo acima do potencial e mirando a inflação de 2008, o retorno a uma estratégia mais conservadora favoreceria a manutenção da estabilidade inflacionária garantindo sustentabilidade ao crescimento econômico.”

A redução de ontem foi a 17ª consecutiva, num dos maiores ciclos de queda da Selic. Desde setembro de 2005, o Copom já reduziu os juros em 8,25 pontos percentuais. Com a decisão de ontem, o Brasil deixa a liderança dos maiores juros reais do mundo, pela primeira vez desde fevereiro de 2005. A taxa, que considera o desconto da inflação projetada para os próximos 12 meses, caiu de 8,3% para 7,7% ao ano. Segundo cálculos da consultoria Up-trend, o posto agora é ocupado pela Turquia, cujo juro real é de 8,2% ao ano. No quadro dos juros nominais, o Brasil ocupa a terceira colocação do ranking mundial.

(O Estado de S.Paulo, 19/07/2007)



### Questões:

1. Comente, a partir do texto, sobre a relação entre taxa de juros e atividade econômica.
2. Mostre como a taxa de juros influencia na formação de poupança e no tamanho da dívida interna pública.
3. Como o Sistema Financeiro Nacional está estruturado na nossa legislação?

### == Caso 2

- a) Conceito de taxa de juros e inflação.
- b) A importância do Investimento e da Poupança.
- c) A legislação constitucional monetária.

**Inflação pelo IGP-M tem a maior alta desde 2004. Índice calculado pela FGV teve variação de 0,9% em agosto.**

Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M) teve alta de 0,98% em agosto, taxa superior à de julho, de 0,28%. A taxa é a maior desde agosto de 2004, quando o indicador registrou expansão de 1,22%. A alta no preço dos alimentos, principalmente no atacado, foi a principal responsável pela aceleração da inflação.

Dos índices componentes do IGP-M, o Índice de Preços por Atacado (IPA) variou 1,31%, taxa superior à registrada em julho, de 0,26%. No estágio inicial da produção, o índice de Matérias-Primas Brutas variou 4,26%, em agosto, ante 1,58%, em julho. Os itens: milho (em grão) (-1,31% para 6,34%), laranja (-11,73% para 10,53%) e tomate (-22,81% para 40,29%) explicam boa parte da aceleração do grupo. Em sentido oposto, registraram desacelerações em itens como: aves (8,84% para 6,19%) e algodão (em caroço) (-2,38% para -2,53%).

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) apresentou variação de 0,39%, em agosto. No mês anterior, a variação havia sido de 0,34%. Três das sete classes de despesa componentes do índice apresentaram aceleração. A principal contribuição no sentido ascendente partiu do grupo Habitação (-0,24% para 0,17%), em razão dos aumentos registrados nas taxas de variação dos itens: tarifa de eletricidade residencial e tarifa de telefone residencial. Encontra-se também em aceleração o grupo Saúde e Cuidados Pessoais (0,31% para 0,40%),



refletindo a alta mais intensa registrada pelo item artigos de higiene e cuidado pessoal (0,42% para 0,70%).

O pequeno acréscimo ocorrido na taxa de variação do grupo Alimentação (1,23% para 1,24%) decorre de movimentos com sentidos opostos em alguns de seus principais itens, tais como: hortaliças e legumes (-6,78% para 1,42%) e frutas (4,38% para 6,44%). Das demais quatro classes de despesa, componentes do índice, que registraram decréscimos em suas taxas de variação, destacam-se: Vestuário e Transportes. Contribuíram para estes movimentos os itens: roupas e gasolina.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em agosto, taxa de variação de 0,35%, acima do resultado do mês anterior, de 0,21%. Dos três grupos componentes do índice, apenas Mão-de-Obra apresentou avanço em sua taxa de variação, a qual passou de 0,07%, em julho, para 0,39%, em agosto. A aceleração foi consequência de reajustes salariais, por ocasião da data-base, nas cidades de Porto Alegre e Curitiba. A taxa do índice referente ao grupo Materiais repetiu o resultado da última apuração, 0,25%, enquanto a do grupo Serviços apresentou decréscimo, passando de 0,83% para 0,68%.

O IGP-M é calculado com base nos preços coletados entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência.

(Zero Hora, Porto Alegre, 27/08/2007).

### Questões:

1. Comente, a partir do texto, sobre a relação entre a inflação e a renda das pessoas.
2. Qual a relação entre taxa de juros, consumo e inflação?
3. Como é definida, na Constituição brasileira, a competência para legislar sobre o sistema de poupança e sobre a regulação da taxa de juros?

## SEMANA 7

**Definição de câmbio. Regimes cambiais: fixo, flutuante e por bandas. Políticas cambiais e implicações na balança comercial.**



**O câmbio como instrumento de regulação comercial. A importância do Direito internacional e empresarial, leis reguladoras e práticas comerciais. Definição, estrutura e aplicação do balanço de pagamentos.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- GALVEZ, Carlos. *Manual de economia política atual*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

## == Caso 1

- a) Processos de valorização e desvalorização da nossa moeda.
- b) Regimes cambiais.
- c) A legislação constitucional sobre as relações econômicas internacionais.

### **Guerras cambiais**

Se, no Brasil, tantos dizem não ver problema nem risco de desindustrialização na valorização progressiva do real, seria de esperar que a maior potência industrial do mundo se preocupasse ainda menos com sua taxa de câmbio. Mas em 13 de junho, um grupo de senadores estadunidenses, liderado pelo democrata Max Baucus, presidente da Comissão de Finanças, apresentou um projeto de lei segundo o qual o Tesouro terá semestralmente a tarefa de identificar “moedas fundamentalmente desalinhadas”, para “ação prioritária”, caso o país “desalinhado” deixe de corrigir a situação.

[...] O projeto foi apresentado depois que o secretário do Tesouro, Henry Paulson, disse não ter condições de acusar a China de manipulação deliberada do câmbio. Seu último relatório considera o yuan subvalorizado, mas diz não poder provar uma tentativa deliberada de ganhar vantagem competitiva injusta, condição necessária para medidas protecionistas. O projeto visa tornar essa prova desnecessária e permitir aos EUA retaliar qualquer país cuja taxa de câmbio considere insatisfatória.

De 1994 a 2004, Pequim manteve a taxa de câmbio fixa e o saldo comercial com Washington cresceu de 30 bilhões de dólares (30% do déficit total dos EUA) para 162 bilhões de dólares (27%). Em julho de 2005, depois de muita pressão estadunidense, o yuan foi finalmente valorizado em 2,1%.

[...] Nos últimos anos, o FMI e outros órgãos multilaterais têm calculado as paridades de poder de compra para moedas de diferentes países do mundo e isso tem sido às vezes considerado um indicador de defasagem cambial. Mas a grande maioria dos países periféricos, principalmente os de rápida industrialização, tem suas moedas valorizadas (em relação ao dólar) abaixo de sua paridade de poder aquisitivo — ou seja, tem custo de vida mais baixo que os EUA. Sem isso, poucos dos seus produtos seriam competitivos. O petróleo, sim, *commodities* minerais e agrícolas, talvez, mas produtos industrializados, jamais.

[...] O desequilíbrio global não preocupou os EUA enquanto significou apenas o financiamento do consumo estadunidense pelos países exportadores. Mas agora representa também a possibilidade de transferência de poder econômico e eventualmente político para o exterior, ante a qual o sistema político de Washington certamente não ficará de braços cruzados — nem o FMI, enquanto defensor do *status quo*.

(*Carta Capital*, 04/07/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, qual a importância da taxa de câmbio na formação de superávits nas contas externas de um país?
2. Qual é o regime cambial atualmente adotado na economia brasileira?
3. Como a Constituição brasileira define a competência da União nas relações econômicas internacionais?

### == Caso 2

- a) Definição, estrutura e aplicação do balanço de pagamentos.
- b) A importância dos superávits/déicits comerciais em nossas contas externas.
- c) A legislação constitucional sobre as relações econômicas internacionais.



### **Recorde de investimentos**

O maior crescimento do Brasil e o cenário externo favorável levaram o país a bater recorde na atração de recursos produtivos. Em junho, o investimento Estrangeiro Direto (IED) alcançou US\$ 10,318 bilhões. O número, surpreendente, é quase 60% acima da expectativa do próprio Banco Central (BC) para o período, que era de US\$ 6,5 bilhões. No primeiro semestre, os investimentos estrangeiros voltados para a produção chegaram a US\$ 20,864 bilhões. É um resultado melhor que o desempenho de todo o ano passado (US\$ 18,78 bilhões). E que supera também o saldo anual do período entre 2001 e 2005.

A indicação é de que o movimento continuará forte. Segundo expectativa do chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, julho deve fechar com cerca de US\$ 3,5 bilhões. “A tendência é de entrada (de recursos) muito grande. Caminhamos para a consolidação de um novo patamar, acima dos US\$ 20 bilhões ao ano (de investimentos).”

O BC prevê saldo de investimentos estrangeiros diretos de US\$ 25 bilhões este ano, mas a estimativa poderá ser revista para cima.

O mercado também foi pego de surpresa e já refaz suas contas. O economista-chefe do WestLB no Brasil, Roberto Padovani, adianta que suas projeções para investimento produtivo este ano devem subir para entre US\$ 30 bilhões e US\$ 35 bilhões. Na sua avaliação, as condições macroeconômicas do país têm atraído os investidores, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos pelo país) próximo a 5%. Além disso, o Brasil tem aproveitado a abundância de capitais no mundo. “Há recuperação de investimentos diretos no mundo todo, sobretudo no setor de *commodities*” — acrescentou a economista-chefe do ABN Amro, Zeina Latif.

[...] Na conta de transações correntes (todas as trocas, de bens, serviços e recursos com o exterior), o saldo ficou positivo em US\$ 696 milhões em junho, semelhante ao resultado do mesmo mês no ano passado (US\$ 632 milhões). No ano, o superávit em conta corrente está em US\$ 4,383 bilhões, quase 60% mais que em 2006. A balança comercial continua puxando os resultados para cima, com saldo positivo de US\$ 3,815 bilhões em junho.

Do outro lado, as remessas de lucros e dividendos no período tiveram déficit de US\$ 1,746 bilhão, praticamente o mesmo valor que em junho de 2006, quando ficaram negativas em US\$ 1,629 bilhão. Já as despesas com juros e viagens internacionais tiveram déficits de US\$ 560 milhões e US\$ 353 milhões, respectivamente.

Para Lopes, a apreciação do câmbio — com o dólar já na casa de R\$ 1,80 — tem estimulado os brasileiros a viajar mais para o exterior, apesar da crise no setor aéreo. No acumulado do ano, até junho o déficit neste segmento chegava a US\$ 1,8 bilhão. Entre os dias 1º e 20 de julho, essa conta ficou negativa em US\$ 298 milhões.

O BC informou ainda que a dívida externa do país cresceu em junho, chegando a US\$ 196,429 bilhões.

(O Globo, 24/07/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, qual a razão do País estar atraindo investimento estrangeiro direto? Fundamente a resposta.
2. Comente sobre a influência da taxa de câmbio sobre a balança comercial?
3. Como a Constituição brasileira incentiva o investimento externo no País? Fundamente a resposta.

## SEMANA 8

**Organismos internacionais: FMI, OMC e BIRD. Contextualização histórica da formação destes organismos e importância legal da existência destes organismos. Contextualização de políticas de ajuste do balanço de pagamentos no Brasil, de conflitos comerciais e de formação de blocos econômicos. Direito Internacional e instrumentos de defesa comercial — mecanismos legais que permitiram e permitirão ou não a formação dos blocos econômicos.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Direito econômico*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.



- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

## ≡ Caso 1

- a) Os organismos internacionais.
- b) Práticas desleais no comércio internacional.
- c) A importância da OMC na resolução dos conflitos comerciais.

### **EUA pedem que Brasil use influência para salvar Doha**

Os Estados Unidos instaram o Brasil nesta quarta-feira, 10, a usar sua influência junto a países em desenvolvimento para assegurar que a Rodada de Doha de negociações comerciais não termine sem acordos.

O pedido aconteceu um dia após Washington ter anunciado que as exigências feitas por nações em desenvolvimento podem arruinar as negociações, lançadas pela Organização Mundial do Comércio há quase seis anos para tirar milhões da pobreza e impulsionar a economia global com a abertura de mercados.

“Agora é hora de o Brasil usar a significativa influência que tem ao redor do mundo”, disse o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutierrez, em um evento com líderes empresariais em São Paulo.

“O Brasil pode convencer outros países em desenvolvimento”, acrescentou. “Se o Brasil mostrar amparo e publicamente declarar seu apoio ao acordo da OMC, isso terá um impacto em outras economias emergentes”.

As negociações, que sofreram com um problema atrás do outro, ganharam nova vida no mês passado com os papéis sobre agricultura e indústria divulgados por mediadores da OMC em julho.

Gutierrez rejeitou especificar quais países o Brasil poderia convencer a mostrar mais flexibilidade nas negociações. Mas as declarações parecem voltadas para a África do Sul que, em nome de grandes países em desenvolvimento como Índia e Brasil, recentemente afirmou que a oferta dos EUA de reduzir os subsídios agrícolas era insuficiente.

Para que um acordo possa ser politicamente viável, cada membro da OMC precisa ser capaz de abrir mão de alguns pontos para

ganhar em outros. Washington quer acesso aos mercados de bens manufaturados e serviços de países em desenvolvimento em troca de cortes em seus subsídios agrícolas.

“Colocamos uma boa proposta na mesa quanto aos subsídios”, afirmou Gutierrez. “O que gostaríamos de ver é uma resposta recíproca”.

No mês passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, durante visita a Washington, que o Brasil está “disposto a fazer o que for necessário” para alcançar um acordo, aumentando as esperanças sobre o fim do impasse.

(*O Estado de S.Paulo* — Online, 10/10/2007)

### Questões:

1. Comente sobre o papel desempenhado pela OMC no cenário internacional.
2. Por que a concessão de subsídios agrícolas, pelo governo dos EUA, é considerada uma prática desleal pela OMC? Fundamente a resposta.
3. Qual a importância do Banco Mundial (Bird) na promoção do desenvolvimento de economias como Índia e Brasil?

### == Caso 2

- a) Áreas de Livre Comércio.
- b) A integração em blocos econômicos.
- c) A legislação constitucional sobre as relações econômicas internacionais.

### Comércio bilateral Brasil-Argentina pode substituir dólar

O fim do uso do dólar no comércio entre Argentina e Brasil está próximo, informam os técnicos do Banco Central da Argentina que trabalham com o assunto. Fontes da entidade estiveram reunidas com técnicos brasileiros, para avançar no processo que implica desenvolver um sistema de pagamento em pesos e reais. A responsabilidade pela compensação dos valores será dos bancos centrais e, por isso, os técnicos trabalham na elaboração de normas e sistemas que cubram as autoridades monetárias de ambos os países dos riscos que envolvem o comércio.

Ainda não há data definida para o funcionamento do sistema. “Mas estamos avançando o suficiente para que isso ocorra o mais breve possível”.



vel”, disse uma fonte que participou de encontros de análise da questão. A idéia inicial foi proposta pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, à ex-ministra de Economia da Argentina, Felisa Miceli, em julho do ano passado, na reunião de cúpula do Mercosul, na cidade de Córdoba. Desde então, os técnicos dos dois governos se debruçam sobre o projeto para chegar a um denominador comum de execução do mesmo.

O objetivo da eliminação do dólar do comércio bilateral é dar maior acesso aos pequenos e médios empresários argentinos e brasileiros para realizar operações de comércio exterior em suas próprias moedas, o que reduz os custos em quase 30%, segundo cálculos do ministro Mantega. Por outro lado, o processo também aprofunda a integração regional, já que reduz os obstáculos aos fluxos comerciais entre os dois países.

(Estado de Minas — Online, 13/10/2007)

### Questões:

1. Comente, a partir do texto, as vantagens do comércio bilateral Brasil-Argentina.
2. Quais os benefícios da integração dos países em blocos econômicos?
3. Como a Constituição brasileira estabelece a competência na participação e celebração de tratados, convenções e atos internacionais?

## SEMANA 9

**Crescimento Econômico. Conceituação das óticas de mensuração das atividades econômicas, correlacionando-as com a legislação vigente. Definição de produto interno e nacional. Diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Identificação de objetivos desenvolvimentistas na legislação: Constituições Federal e Estadual e Leis Orgânicas Municipais.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- GALVEZ, Carlos. *Manual de economia política atual*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.



- GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

## == Caso 1

- a) Definição de produto interno e nacional.
- b) PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- c) Legislação constitucional sobre desenvolvimento econômico.

### Miséria em queda

Em 2006, a miséria sofreu a maior redução da década, segundo uma pesquisa que o Centro de Políticas Sociais da FGV/RJ lança nos próximos dias, com base em cruzamentos feitos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo IBGE na sexta-feira passada. Entre 2005 e 2006, a proporção de brasileiros com renda *per capita* inferior a R\$ 125,00 passou de 22% para 19,3% da população. Uma queda de 12% no número de miseráveis [...] A comparação entre os dados do crescimento do PIB com os da renda domiciliar *per capita* produzidos a partir da Pnad apresenta notável discrepância em 2006, segundo estudo da FGV. Nesse ano, o país teve um crescimento do PIB *per capita* compatível ao do Haiti (1,4%). Enquanto isso, o crescimento da renda domiciliar *per capita* foi de 9,1%, um percentual chinês. De acordo com a Pnad, os 50% mais pobres aumentaram o seu bolo em 12%. E os 10% mais ricos, em 7,8%. Ou seja, o bolo cresceu para todos. Mas, com mais fermento entre os mais pobres.

(Veja, 19/09/2007)

### Questões:

1. Critique o emprego do PIB per capita como instrumento para avaliação da evolução distribuição de renda no Brasil. Não seria mais eficiente o uso do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)? Por quê?
2. Cite duas medidas, ou programas sociais, adotadas pelo governo brasileiro ao longo dos últimos anos que permitiram a redução da miséria no país.



3. Como a Constituição brasileira estabelece as condições de desenvolvimento econômico no País.

## === Caso 2

- a) Desenvolvimento e crescimento econômico.
- b) Crescimento econômico em bases sustentáveis.
- c) Legislação constitucional sobre desenvolvimento econômico.

### **Analistas prevêem alta do PIB acima de 5%**

Com a expansão acima do esperado da indústria, das vendas do varejo, das exportações e da produção agrícola, os analistas já prevêem que a economia brasileira vá crescer mais que 5% este ano. Mesmo a recente turbulência nos mercados financeiros não diminuiu o otimismo com a atividade econômica. Se confirmadas as projeções, 2007 será um dos poucos anos, nas últimas décadas, em que o Brasil cresceu mais que 5%. Desde 1990, isso só ocorreu em 1994, com o Plano Real, e em 2004.

O Bradesco revisou ontem sua estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos pelo país) brasileiro de 4,9% para 5,2%. No início da semana, o HSBC Bank Brasil já havia elevado sua projeção de 4,7% para 5,1%.

[...] O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento, avisou que fará uma revisão importante para cima na sua previsão. A estimativa atual do Ipea é de 4,3%. Segundo Fabio Giambiagi, coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural, os indicadores recentes apontam para um crescimento maior. A gestora de recursos GAP Asset prevê uma expansão entre 4,8% e 5,1%. “Essa faixa próxima de 5% vai passar a ser consenso entre os analistas do mercado” — diz Alexandre Maia, da GAP.

Segundo o Boletim Focus, do Banco Central (BC), a média das estimativas do mercado está hoje em 4,51%, mas vem sendo sistematicamente revista para cima desde o início do ano.

O economista Sérgio Valle, da MB Associados, lembra que a maior expansão do PIB está sendo acompanhada por inflação em queda. É diferente do que houve em 2004, quando o BC teve que subir os juros a partir de setembro.

Agora, diz o analista, o aumento das importações, propiciado pelo dólar, ajuda na ampliação dos investimentos de indústria e agricultura (via compra de máquinas do exterior) e no controle da inflação. Por isso, prevê que neste e no próximo ano o PIB cresça perto de 5%: “É um momento muito bom. Mas não significa que estamos num crescimento sustentável a longo prazo. Há gargalos de infraestrutura e problemas fiscais”.

O HSBC atribui a revisão de suas expectativas ao forte desempenho da indústria, que cresceu 1,2% em junho. O Bradesco destaca a ampliação do crédito (alta de 21,4% nos últimos 12 meses) e da renda dos trabalhadores. E lembra que até mesmo as exportações estão crescendo em quantidade, apesar do câmbio desfavorável.

No cenário externo, a turbulência dos mercados financeiros não preocupa. “Mesmo no caso de uma crise séria, de proporções importantes, é inimaginável acontecer como no passado recente, quando a cotação do dólar praticamente dobrou. O Brasil hoje é credor em dólar” — diz Giambiagi, do Ipea, descartando ainda riscos na economia real (comércio, emprego ou indústria).

(O Globo, 10/08/2007)

### Questões:

1. Diferencie desenvolvimento e crescimento econômico focalizando a importância na melhoria da qualidade de vida da população.
2. Com base no texto, o crescimento econômico vem ocorrendo em bases sustentáveis? Fundamente a resposta.
3. A Constituição brasileira enfatiza a importância de promover o desenvolvimento nacional equilibrado. Comente.

## SEMANA 10

Definições de setores formais (tributáveis) e informais (não-tributáveis) da economia. A informalidade no mercado de trabalho e suas consequências (contrabando, pirataria, renda etc.). Carga tributária, legislação trabalhista e burocracia no crescimento da informalidade. O favorecimento da pequena empresa na Constituição brasileira.



**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, economia e mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- TAFNER, P. (Ed.). *Brasil o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

≡ **Caso 1**

- a) A informalidade na atividade econômica e no mercado de trabalho.
- b) A concorrência desleal da informalidade e suas consequências na economia e no nível de emprego.
- c) A importância da carga tributária, da legislação trabalhista e da burocracia no crescimento do comércio informal.

**Microempresas têm isenção tributária para produtos**

O Governo de Pernambuco irá isentar os produtos comprados por micro e pequenas empresas do Estado que aderiram ao Super Simples da agregação de margem. Antes, alguns itens comprados fora de Pernambuco pagavam, além da antecipação tributária — diferença entre a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) local e do estado de origem da compra — a taxa de 20% ou 30%.

De acordo com o presidente da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco (Feamepe), José Tarcísio da Silva, a medida, em conjunto com a extinção da cobrança do ICMS para a primeira faixa do Super Simples, irá estimular a abertura de novos negócios. “É importante salientar que os pequenos empresários tenderão a migrar para a formalidade”, frisa Silva.

“O governo decidiu aceitar o pedido das entidades das micro e pequenas empresas, que reclamavam das cobranças”, declara o diretor de Tributação e Orientação da Secretaria da Fazenda, Frederico Amâncio. Segundo ele, havia um entendimento anterior de que as empresas que aderiram ao Simples não receberiam isenção desta taxa. “A intenção é proteger os pernambucanos que comercializam produtos iguais ou similares aos comprados fora do Estado” [...]

A Secretaria da Fazenda também irá escalonar o pagamento das dívidas das micro e pequenas empresas com o Sim-PE (Sistema Simplificado de Tributação) referentes à diferença entre a contribuição mensal fixa e o aumento do faturamento desses negócios durante o ano. Ao todo, 17 mil empresas devem R\$ 53 milhões, que serão pagos em seis parcelas. Os débitos referentes a 2002 devem ser quitados até 15 de setembro, os de 2003, em dezembro. As dívidas de 2004, 2005, 2006 e 2007 serão pagas em março, junho, setembro e dezembro do próximo ano, respectivamente.

(Folha de Pernambuco, 01/09/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, como o crescimento da informalidade nas micro e pequenas empresas contribui para a queda do crescimento econômico? Fundamente a resposta.
2. Comente sobre a influência da informalidade na arrecadação de tributos e na previdência social.
3. Como a Constituição brasileira incentiva o surgimento de micro e pequenas no País?

## == Caso 2

- a) A importância da desburocratização.
- b) A concorrência desleal da informalidade e suas consequências na economia e no nível de emprego.
- c) A importância da carga tributária, da legislação trabalhista e da burocracia no crescimento do comércio informal.

### **Luiz Cláudio diz que incentivos fiscais retornam em Rondônia**

O deputado Luiz Cláudio, ao usar a tribuna da Assembleia Legislativa nesta terça-feira, 2, disse que participou de uma reunião na Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social (Seapes) onde foi discutida a situação das 118 indústrias de Rondônia que tiveram seus incentivos fiscais prejudicados por medidas de outros estados. “Essa questão foi resolvida, na reunião, voltando o incentivo e com isso a geração de milhares de empregos”, destacou.



De acordo com Luiz Cláudio, o pólo de confecções no estado não tem a menor condição de competir com Goiás, Paraná ou estados do nordeste do país se não houver incentivos fiscais. “Sem esses incentivos, os empregados dessas 118 indústrias poderiam ser demitidos porque essas indústrias não iriam suportar. O secretário de Finanças, José Genaro, agiu com muita competência nessa situação e com muita visão quanto ao desenvolvimento do estado”, salientou a Acrecid.

O deputado apresentou, na Assembléia Legislativa, projeto de lei que declara como Utilidade Pública a Associação de Crédito Cidadão de Rondônia (Acrecid). Explicou que se trata de Organização da Sociedade Civil e Interesse Público (Oscip), criada em 2001 com sede em Porto Velho e com área de atuação em todo o Estado, tendo, como objetivo principal, a concessão de créditos ágeis, acessíveis e adequados que propiciam o fortalecimento e/ou criação de pequenos empreendimentos, formais e informais, contribuindo para a geração de emprego e renda para a população mais carente de Rondônia.

Destacou, ainda, que o crédito é realizado de forma desburocratizada para a esfera social menos favorecida da sociedade rondoniense, tendo realizado 2.800 operações de microcrédito, atendendo aos setores de apicultura, piscicultura, fruticultura, processamento de polpas, pequenas panificadoras, fábricas de gelo e confecções, ordenhadeiras, salões de beleza [...].

Enfatizou que, no Governo Casso, foram colocados mais três milhões numa contrapartida de ajudar o micro e pequeno produtor. “O índice de inadimplência é menor que em muitas outras empresas. O crédito varia de R\$ 500,00 até R\$ 10 mil para quem quer buscar esse financiamento. Além disso, a Acrecid esteve nas feiras agropecuárias de Rondônia, com microônibus distribuindo, às pessoas interessadas, as informações necessárias e, além disso, não precisa de tanta burocracia e tanto papel, só não pode estar com o nome no Serasa”, finalizou.

*(Portalrondonia.com, 29/8/2007)*

### **Questões:**

1. Mostre, a partir do texto, a importância da desburocratização para o fortalecimento das micro e pequenas empresas.

2. Qual a influência da carga tributária, da legislação trabalhista e da burocracia no crescimento da informalidade?

3. Qual o impacto da informalidade na competitividade das empresas e na geração de empregos?

## SEMANA 11

**Políticas econômico-sociais. Investimentos em infra-estrutura no Brasil. A educação e a saúde no país. A segurança como entrave ao desenvolvimento econômico. O investimento em infra-estrutura e a competitividade de nossos produtos no mercado internacional. Os indicadores sociais e o retrato do país por meio do censo.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Direito econômico*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- GALVEZ, Carlos. *Manual de economia política atual*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, economia e mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

### == Caso 1

- a) As políticas públicas: a educação e saúde no Brasil.
- b) Os entraves sociais ao desenvolvimento econômico.
- c) A educação na legislação constitucional.

#### **Aumento da escolaridade surpreende**

Em 2006, 97,6% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos frequentavam a escola, uma participação histórica que bateu em 0,3% o já positivo índice de participação de 2005. No Estado de Santa Catarina, a escolaridade nesta faixa chegou quase à totalidade: 99%. Também entre as crianças de 5 e 6 anos o percentual foi significativo: apenas 14,7% delas estavam fora da atividade escolar; dez anos antes, 35,8% delas não faziam parte da população estudantil.

Se o avanço no ensino fundamental e médio foi positivo, o crescimento do acesso à universidade foi surpreendente para o período



de apenas um ano. De 2005 para 2006, houve aumento de 13,2% no número de estudantes de nível superior, o mais expressivo no quesito educacional. No mesmo período, o aumento no ensino fundamental foi de 0,5%; no pré-escolar houve queda de 4,5% e no segundo grau, a queda foi de 0,9%. Para os técnicos do IBGE, os números podem ter refletido a própria diminuição da população nessa faixa etária.

Uma porção importante da redução dos índices de desigualdade e de melhora na renda está relacionada ao avanço da educação, avalia o pesquisador e coordenador do Centro de Pesquisa Acadêmica do IBMEC São Paulo, Naércio Menezes Filho. “O país tem uma carência de pessoas com nível superior e vem evoluindo muito, mas não basta manter as crianças na escola. Tem de haver também qualidade de ensino”, alertou.

Ele lembra que os indicadores de educação começaram a apresentar melhora significativa no início da década de 1990. “Os alunos que freqüentaram o ensino fundamental e médio anos atrás começam a ingressar no mercado de trabalho, e com rendimentos melhores”, explicou. Pelos números da pesquisa, o percentual de pessoas que não freqüentavam escola no País, em relação à população de 7 a 14 anos de idade, caiu de 8,7% em 1996 para 2,3% no ano passado.

O aumento da escolaridade veio acompanhado pela redução da taxa de analfabetismo medida, pelo padrão internacional, entre pessoas com mais de 15 anos. Em 1996, a proporção de analfabetos no Brasil era de 14,6% da população. Dez anos depois, a taxa caiu mais de quatro pontos, chegando a 10,2%. [...]

Na avaliação do IBGE, a Lei n. 11.274, que tornou obrigatória a matrícula escolar a partir dos 6 anos de idade e estipulou em 9 anos a duração do ensino fundamental, pode ter contribuído para elevar o acesso das faixas etárias mais baixas. “Como a lei passou a vigorar em 2006, a inserção das crianças dessa idade já é uma realidade”, disse a pesquisadora Márcia Quinstir.

De acordo com a pesquisa, a escolaridade feminina continua mais elevada que a masculina em todas as faixas etárias. No grupo de 5 a 17 anos, 92,4% das mulheres ouvidas declararam estar na escola, enquanto esse percentual entre os homens foi de 91,9%.

A região Nordeste foi a que apresentou o maior avanço na escolarização entre crianças e adolescentes de 5 a 17 anos. Em 1996,



13,6% das pessoas nessa faixa de idade não freqüentavam a escola. Em 2006, o percentual já havia sido reduzido para 3,1%. Mas a melhoria foi distribuída por todas as outras regiões, que registraram redução de mais de quatro pontos percentuais, comparado a 1996.

(O Estado de S.Paulo, 15/09/2007)

### Questões:

1. Em que sentido a ausência de investimento em educação e saúde influi na competitividade do País numa economia globalizada?
2. Com base no texto, de que forma a educação pode ser um instrumento para a redução das desigualdades sociais? Fundamente a resposta.
3. Como a Constituição brasileira aborda a educação como base da capacitação pessoal para a promoção do desenvolvimento sustentável do País?

### == Caso 2

- a) Investimentos em infra-estrutura no Brasil.
- b) As agências reguladoras independentes.
- c) As parcerias público-privadas e a legislação pertinente.

### Área agricultável garante expansão sustentada do campo

O Brasil vai ser a “bola da vez” do agronegócio mundial nos próximos dez anos. Segundo estudo exclusivo da Cogo Consultoria Agroeconômica, o campo tende a crescer, de forma sustentada, de 3% a 5% ao ano no período, com as oportunidades do setor superando os problemas. No entanto, se não houvesse a dificuldade na infra-estrutura, o incremento poderia ser o dobro. A perspectiva é que, em 2017/18, por exemplo, a safra de grãos atinja 223,4 milhões e o País seja o maior produtor mundial de muitas *commodities*.

“Apesar das dificuldades, o Brasil é a bola da vez por causa da área agricultável”, afirma Carlos Cogo, diretor da empresa. De acordo com o levantamento, mesmo com o aumento da superfície cultivada na safra 2007/08, o País ainda tem disponível 92,4 milhões de hectares de área agricultável. É praticamente o dobro do que existe livre, por exemplo, nos Estados Unidos e na Argentina, e responde por cerca de 75% do plantio americano.



Se ter terra disponível é o principal fator para a expansão do agronegócio do Brasil, por outro lado, a infra-estrutura é o maior entrave. Cogo diz que os problemas de logística tiram a competitividade do setor, que podia crescer o dobro do estimado. Enquanto nos Estados Unidos o custo do frete é de US\$ 26 por tonelada, no Brasil a média neste ano é de US\$ 97 por tonelada.

[...] Segundo Cogo, a nova expansão vai ocorrer, principalmente, entre o eixo Norte de Mato Grosso, o chamado Mapito — Maranhão, Piauí e Tocantins —, Pará e o Oeste da Bahia. Ele lembra que toda a expansão se dará sem a necessidade de irrigação. “O Brasil só tem uma direção: crescer”, diz o consultor.

[...] Quanto à infra-estrutura, ele lembra que o Brasil ainda depende muito do modal rodoviário (60%), que é mais caro, além de contar com apenas 26% da malha em condições trafegáveis.

(*Gazeta Mercantil*, 09/09/2007)

### Questões:

1. Como, a partir do texto, a ausência de investimento em infra-estrutura pode ser um obstáculo ao crescimento econômico? Fundamente a resposta.

2. Qual a importância das agências reguladoras independentes (ANP, ANEEL, ANTT etc.) para o eficiente desenvolvimento da economia nacional?

3. Com base na legislação, qual o papel a ser desempenhado pelas parcerias público-privadas no incentivo ao investimento em infra-estrutura?

### == Caso 3

- a) O papel do Estado no desenvolvimento do setor de infra-estrutura.
- b) A necessidade de financiamento por meio de banco de fomento estatal (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).
- c) A legislação constitucional e o incentivo ao investidor estrangeiro.

**BNDES poderá financiar 100% das obras do madeira**

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luciano Coutinho, disse ontem que a instituição tem condições de prover integralmente o financiamento para as obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia.

Incluído no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o empreendimento tem custo estimado em US\$ 10 bilhões — cerca de R\$ 20 bilhões. “O BNDES tem condições de assegurar esse financiamento”, disse Coutinho, durante exposição na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. “No limite, o BNDES pode financiar o projeto inteiro.”

O economista repetiu, porém, que não é esse o cenário com o qual o banco trabalha. O mais provável, avaliou, é que um grupo de bancos privados, liderados pelo BNDES, empreste o dinheiro para a obra.

Outra possibilidade, de acordo com Coutinho, é a instituição, por meio de sua subsidiária BNDESPar, associar-se aos vencedores das licitações para a construção das usinas — a de Santo Antônio está marcada para 30 de outubro próximo, e a de Jirau, para março de 2008.

O consórcio formado pela empreiteira Norberto Odebrecht e a estatal Furnas é o favorito no primeiro leilão — e, segundo especialistas, o vitorioso estará em posição privilegiada para fazer a melhor oferta no segundo leilão. A concorrente provável é a construtora Camargo Corrêa, que também procura uma parceria estatal.

A oferta de financiamento e parceria do BNDES foi a forma encontrada pelo governo de estimular a competição no processo. Segundo Coutinho, o financiamento e a sociedade no projeto não são alternativas excludentes entre si.

A segunda hipótese, afirmou, dependerá do interesse do grupo vencedor da licitação.

*(Folha de S.Paulo, 29/08/2007)*

**Questões:**

1. Por que o financiamento das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, que faz parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), é fundamental para a política energética brasileira?



2. Qual a importância dos bancos de fomento estatal (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) nos investimentos em infra-estrutura?

3. Na Constituição brasileira, como é tratado o capital estrangeiro? Fundamente a resposta.

## **SEMANA 12**

**Tributação. Os princípios gerais de tributação. Progressividade e regressividade dos tributos no país. Orçamento e endividamento público.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

### **≡ Caso 1**

- a) Tributação e mercado informal.
- b) Os impactos da estrutura tributária no Brasil e o seu crescimento.
- c) A legislação constitucional tributária.

#### **Devoradora de PIB**

Segundo o Banco Mundial, 39,2% do nosso PIB estão na informalidade. Pelas contas do economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, se todos pagassem os impostos que devem ao Estado, a carga tributária, hoje, seria de inacreditáveis 57% do PIB.

O Brasil tem uma carga tributária incompatível com seu grau de desenvolvimento, que o economista Delfim Netto classifica de “íngana”: taxa de Inglaterra e serviços de Gana.

O peso dos tributos é alto mesmo quando comparamos o Brasil com economias desenvolvidas, sendo maior, por exemplo, que a carga tributária japonesa (26,5%), a suíça (30%) e a canadense (33,5%).

Pois o economista Paulo Rabelo de Castro, presidente do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomércio/SP, considera o dilema entre “não taxar” ou “não investir no social” “equivocado e falacioso”.

Ao contrário, demonstra, através de estudos e projeções, que a carga tributária virou uma “devoradora de PIB”. Cada ponto percentual sobre o PIB de elevação da carga tributária nos devora 0,3% de crescimento “para sempre”, acentua.

Para ele, “a carga tributária de hoje contrata a perda de PIB de amanhã”. Ele diz que a carga de tributos, “à base de um ponto percentual adicional de PIB por ano”, provoca a redução permanente da taxa de crescimento do PIB.

(O Globo, 07/09/2007)

### Questões:

1. Relacione o nível de informalidade da atividade econômica no País e a manutenção de elevada carga tributária pelo Estado brasileiro.
2. Descreva uma causa para que a carga tributária continue a se elevar, apesar da argumentação, apresentada acima, quanto à perda de capacidade de crescimento econômico.
3. Como a Constituição brasileira trata os princípios gerais de tributação — neutralidade (uniformidade) e equidade (capacidade econômica)?

### == Caso 2

- a) Orçamento e o sistema tributário nacional.
- b) Despesas públicas e desigualdade social.
- c) O orçamento na legislação constitucional.

#### **País segue em último no investimento em educação**

O Brasil é o país com o menor gasto por aluno entre os 34 analisados pelo relatório anual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre educação, divulgado ontem. O valor que é investido em cada estudante — somando-se gastos do ensino básico e do superior — é de US\$ 1.303,00 por ano. Noruega e Suíça investem quase dez vezes mais, mas o Brasil perde ainda para latino-americanos como Chile e México, que gastam o dobro.



Como o mesmo relatório, chamado *Education at a Glance*, já mostrou no ano passado, o responsável pelo baixo investimento geral em educação no País pode ser explicado pelos gastos com o ensino fundamental. Enquanto nações como os Estados Unidos investem US\$ 8,8 mil por aluno nesse nível de ensino, o Brasil gasta US\$ 1,159 mil, valor mais alto apenas que a Turquia.

“É preciso lembrar que estamos sendo comparados, na maioria, com países de primeiro mundo”, diz o educador Cláudio Moura Castro. Para ele, o grande problema do País é que, além de se gastar pouco, se gasta mal. [...]

O Movimento Todos Pela Educação, que reúne os maiores empresários brasileiros e que comemorou ontem seu primeiro ano, também defende que 5% do Produto Interno Bruto (PIB) — que em 2006 foi de R\$ 2,322 trilhões — seja destinado ao ensino básico. Isso equivaleria a cerca de R\$ 115 bilhões por ano.

Atualmente, segundo o relatório divulgado ontem, o índice está em 2,9% do PIB. Se forem incluídos os gastos com ensino superior, sobe para 3,9%. Os dados da OCDE são referentes a 2004. Ao compará-los com estatísticas de dez anos antes, o Brasil investia 3,6% do PIB em educação. [...]

De acordo com o representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Vincent Dufurny, todos os países que melhoraram o ensino nos últimos anos investiram até 20% do PIB na área [...]. O relatório mostra também que pessoas com diploma universitário recebem salários maiores do que as pessoas que apenas terminam o ensino médio em todos os países analisados. Além disso, a taxa de desemprego dos que concluíram o ensino superior é 5 pontos percentuais inferior à dos que concluíram o ensino médio.

(*O Estado de S.Paulo*, 19/09/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, pode-se afirmar que os gastos públicos em educação no País são compatíveis com o elevado nível de carga tributária? Fundamente a resposta.

2. A partir do texto, que relações se poderiam estabelecer entre maiores e mais eficientes gastos em educação e a redução das desigualdades sociais?

3. Que percentuais de seus orçamentos devem ser investidos em educação pelos entes federativos, segundo a Constituição brasileira?

## SEMANA 13

**A desigualdade de renda pessoal e regional, e suas conseqüências. Desigualdade urbana e rural.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *A questão social no Brasil: um balanço do século XX*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. *Finanças Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- GALVEZ, Carlos. *Manual de economia política atual*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

### == Caso 1

- a) A desigualdade urbana e rural.
- b) O sistema de tributação brasileiro e a desigualdade de renda pessoal.
- c) A legislação constitucional e a desigualdade de renda pessoal e regional.

**Diferença de despesas entre ricos e pobres é 10 vezes maior no Brasil**

No ano de 2003, 40% de famílias com menos rendimentos possuíam, no país, uma despesa *per capita* de R\$ 180,00, enquanto as 10% mais ricas tinham gastos em torno de R\$ 1.800,00, afirma a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, divulgada nesta quarta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo destaca que a distância média das pessoas que ganham mais (ricos) para os mais pobres é 10 vezes maior. Esse dado aponta a preocupante desigualdade na distribuição das despesas familiares brasileiras.

Deve-se levar em consideração que o IBGE tomou como base uma tabela que destaca a renda média mensal familiar total e os rendimentos específicos associados a cinco classes de famílias. A pri-



meira classe é adotada para indicar a produtividade mensal de até R\$ 400,00, que inclui as famílias sem rendimento; a segunda é para revelar rendas familiares com mais de R\$ 400,00 a R\$ 1.000,00; a terceira indica rendimentos de mais de R\$1.000,00 a R\$ 2.000,00; a quarta, mais de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00; e a quinta é composta pelas famílias com produtividade superior a R\$ 3.000,00.

Ao comparar as despesas médias entre áreas urbanas e rurais, o levantamento mostra que a despesa urbana média *per capita* era 46% maior que a rural. Ele também destaca que as áreas urbanas possuíam um maior grau de desigualdade, uma vez que a distância entre os mais pobres e os mais ricos era de 9,3, enquanto na área rural era de 8,3.

No Brasil, segundo a pesquisa, a maior despesa entre os mais pobres foi observada na região sul (R\$ 234,00) e a menor na região nordeste (R\$ 138,00). No sul, a despesa é 70% maior que no nordeste, o que mostra uma desigualdade alta mesmo entre os pobres. Já entre os ricos, a menor despesa ocorreu no norte (R\$ 1.244,00) e a maior na região centro-oeste (R\$ 1.960,00). A diferença foi de 57%, entre o maior e menor gasto dos ricos, uma desigualdade menor que a encontrada entre as famílias de baixa renda.

(*Correio Brasiliense*, 29/08/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, comente sobre a desigualdade entre as áreas urbanas e rurais.
2. Como o sistema de tributação pode reduzir a desigualdade de renda pessoal no País? Fundamente a resposta.
3. Como a Constituição brasileira aborda a desigualdade de renda pessoal e regional?

### ≡ Caso 2

- a) A política social do governo e a desigualdade de renda.
- b) A desigualdade social e o desenvolvimento econômico.
- c) A Constituição brasileira e a desigualdade social.

### A caatinga é aqui

Com apenas 1 ano e dois meses, o pequeno Jonathan conhece hospitais como gente grande. No seu recente histórico, já são cinco



internações: uma realidade que se repete entre ruas e vielas da Cidade de Deus. Um levantamento inédito, feito pelo Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania (CEACC) e pela ONG internacional ActionAid, mostrou que 10,1% das crianças de zero a cinco anos pesquisadas na comunidade estão desnutridas. O índice supera a média detectada pelo Unicef, em 2005, em 1.133 municípios do Semi-Árido — ou Polígono das Secas, que abrange os estados do Nordeste, além do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo — do país: 6,6%. “Sabíamos que a fome é um problema crônico na comunidade, mas o tamanho dela nos surpreendeu” — diz Zélia Batista Pereira, coordenadora do projeto, chamado Programa de Avaliação Nutricional (Panut).

Para chegar aos dados, as entidades convocaram 30 jovens da Cidade de Deus, responsáveis pelo trabalho de campo nas residências. Em seis meses, eles colheram informações de 2.428 crianças, das cerca de quatro mil entre zero e 5 anos estimadas na região, e entrevistaram suas famílias. O padrão de desnutrição utilizado foi o da Organização Mundial de Saúde (OMS), que leva em conta o peso e a estatura em relação à idade.

Além dos 10,1% de desnutridos, foram detectados 11,9% em risco de desnutrição. A porcentagem total de crianças com algum comprometimento nutricional chega a 31,6%.

[...] Após a apresentação dos primeiros dados da pesquisa, amanhã, serão feitas análises sobre as 15 localidades existentes na Cidade de Deus, distante dois quilômetros da Vila do Pan. Apesar de os dados ainda não terem sido depurados, já há a certeza de disparidade interna. Ou seja, existem regiões com acesso a água potável, com casas de alvenaria, e outras com barracos de madeira, sem condições básicas de sobrevivência. “Existem pessoas que recebem benefícios sociais em regiões menos carentes do que as de extrema pobreza. Os projetos não chegam até lá” — diz Alexey Ribeiro, um dos jovens que participaram do trabalho de campo.

[...] Na segunda fase do projeto, está prevista, além das análises das microáreas da comunidade, a divulgação de outros dados, como o nível socioeconômico das famílias ou o acesso a serviços como o pré-natal.



Apesar de significativo, o universo da pesquisa é apenas uma amostra da Cidade de Deus: segundo o Censo 2000, do IBGE, a comunidade tinha 38 mil moradores, mas, hoje, os líderes comunitários já falam em 65 mil.

(O Globo, 30/07/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, como as políticas sociais do governo podem agravar a desigualdade de renda pessoal? Fundamente a resposta.
2. A desigualdade de renda pessoal e regional pode ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico? Por quê?
3. Como é definida a competência na Constituição Brasileira na questão da desigualdade social?

## SEMANA 14

**A economia local (regional). Principais atividades econômicas. Perspectivas de investimentos no estado. A violência e a fuga do investimento. Os indicadores sociais e os investimentos de natureza social realizados no estado. A Constituição brasileira e o desenvolvimento regional.**

**Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- Site oficial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) — Ipeadata: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.
- Lei Orgânica do Município — disponível no site oficial da Prefeitura do Município de São Paulo.

### == Caso 1

#### **IBGE: matérias-primas dão impulso à indústria regional**

O crescimento da demanda mundial por matérias-primas (*commodities*) e a conseqüente elevação de preços desses produtos têm influenciado positivamente o desempenho das regiões que são destaque na indústria brasileira em 2007. A economista Isabella Nunes, da coordenação de indústria do IBGE, disse que os locais que apre-

sentam aumento na produção acima da média nacional têm forte ligação com os recursos naturais.

O principal exemplo é Minas Gerais, que lidera o crescimento industrial regional em 2007. O Estado acumula, de janeiro a agosto deste ano, aumento na produção de 8,7%, bem acima da média industrial do País, de 5,3%. A indústria mineira é impulsionada, entre outros segmentos, pela indústria extrativa, que cresceu 10,1% no acumulado do ano, sob impacto especialmente do minério de ferro. Automóveis e estruturas de ferro e aço completam os principais destaques nessa região. Segundo Isabella, Minas está aproveitando, como nenhum outro Estado, os três atuais pilares de expansão da indústria, que são os duráveis, bens de capital e *commodities*.

Análise dos técnicos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) sobre os resultados regionais da indústria em agosto destaca o desempenho de Minas Gerais. Segundo o documento, “tanto o crescimento da economia mundial quanto a composição do crescimento brasileiro no atual ciclo industrial favorecem uma indústria que comporta setores da indústria extrativa, como ferro”. Outros segmentos atualmente favorecidos e citados pelo Iedi são: automóveis, máquinas e equipamentos e siderurgia.

Além de Minas, o Iedi também destaca o desempenho do Espírito Santo, cuja produção cresceu 22,1% em agosto ante igual mês do ano passado — a maior variação apurada pelo IBGE entre as regiões —, levando a uma expansão acumulada de 6,8% de janeiro a agosto. O “grande destaque” da indústria capixaba, segundo o Instituto, foi o setor extrativo, especialmente na produção de petróleo e ferro, além do setor de celulose e metalurgia básica.

Isabella observou, sobre os resultados do Espírito Santo em agosto, que houve um forte efeito estatístico da base de comparação deprimida no ano anterior, quando houve paralisação em importante indústria local. Mas ela confirma que a principal influência para o crescimento surgiu dos setores de petróleo e minério de ferro.

(*O Estado de S.Paulo*, 19/10/2007)

### Questões:

1. Comente sobre as principais vocações econômicas da sua região.



2. Com base no texto, qual o segmento da economia brasileira que vem impulsionando o desenvolvimento regional? Fundamente a resposta.

3. Comente sobre o papel da economia de serviços na atividade econômica de sua região.

## ≡ Caso 2

- a) As grandes metrópoles e a fuga de investimentos.
- b) Crescimento populacional urbano e o aumento da violência.
- c) A Constituição brasileira e o desenvolvimento regional.

### **Economia se espalha, mas população segue concentrada, diz estudo**

A população brasileira não está acompanhando, ao menos não no mesmo ritmo, o movimento de desconcentração da economia dos grandes centros urbanos em direção a cidades menores, revela um trabalho do Observatório das Metrópoles, centro de estudos ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dados do IBGE analisados no estudo indicaram que, entre 1999 e 2004, os Grandes Espaços Urbanos Brasileiros (GEUBs) “aumentaram sua participação na população total e perderam participação no PIB”.

Entre 38 conglomerados urbanos analisados, 28 apresentaram aumento na população nesses cinco anos, mas apenas 23 ampliaram a sua participação na produção nacional.

Segundo os autores do trabalho, Ricardo Machado Ruiz e Fernando Batista Pereira, ambos ligados ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), isso pode indicar que o processo de expansão das GEUBs “está se exaurindo, pelo menos no que tange as motivações econômicas”.

“O primeiro fato a ser notado no que se refere às mudanças no período 1999 a 2004 é que não houve um acirrado movimento de desindustrialização no conjunto dos GEUBs combinado com uma terceirização progressiva, como esperado por muitos”, diz o estudo.

De acordo com os dados apresentados, esse processo de desconcentração da economia não se resume à transferência de atividades produtivas

de grandes centros urbanos para cidades menores, ele também beneficia determinados GEUBs, como Campinas e Palmas, por exemplo.

“A dispersão é muito assimétrica. Uma metrópole ganha, outras perdem”, diz o economista Ricardo Machado Ruiz, um dos autores.

Dessa forma, Florianópolis e Baixada Santista, exemplos de GEUBs que vêm perdendo participação no PIB, não conseguem exercer uma influência significativa para além dos seus limites. Já Porto Velho, Londrina e Maringá “polarizam áreas significativamente maiores do que a sua própria escala de riqueza e população”. Apesar dessas variações, porém, o saldo, diz Ruiz, mostra uma perda da importância econômica dos GEUBs, que não é acompanhada por uma queda populacional significativa. E nesse processo, São Paulo e Rio de Janeiro são perdedores inegáveis.

Segundo dados do IBGE reproduzidos no estudo, em 1999 São Paulo concentrava 10,54% da população nacional e 18,58% do PIB do país. Em 2004, a cidade mantinha praticamente a mesma proporção de brasileiros (10,53%), mas a sua fatia no PIB havia se reduzido a 15,57%. Da mesma forma, o Rio de Janeiro teve uma ligeira queda populacional (de 6,37% para 6,14%) nesses cinco anos, mas seu peso no PIB caiu de 8,21% para 6,78%.

Com a diminuição do PIB e a manutenção ou aumento da população, vem caindo também a renda per capita dos grandes centros prejudicados no processo. “A população continua migrando para as grandes regiões metropolitanas, mas a riqueza não está crescendo na mesma taxa da população. É mais gente chegando, menos riqueza sendo criada. Isso tem um limite”, diz Ruiz.

Em São Paulo, a renda per capita passou de 76% acima da média nacional, em 1999, para 48% acima, em 2004. O caso do Rio de Janeiro é ainda mais intenso: de 29% acima da média nacional, em 1999, para apenas 10%, em 2004. Segundo Ricardo Ruiz, as atividades que mais migram são indústria, comércio e serviços, nessa ordem.

Apesar da perda da importância relativa dos grandes centros urbanos, o grau de concentração de renda ainda é alto, entre outros fatores, pela grande capacidade tecnológica que detêm — 70% de toda a capacidade nacional, segundo os pesquisadores



De acordo com o estudo, as cerca de 76 milhões de pessoas (45% da população) que vivem nos grandes aglomeramentos urbanos geravam em 2000 uma renda mensal de R\$ 31 bilhões (61% da renda nacional). Por outro lado, os 93 milhões (55%) que estão fora dos chamados GEUBs geraram R\$ 19 bilhões (39%). BBC Brasil — Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC.

(*O Estado de S.Paulo*, 23/10/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, relacione o processo de concentração populacional urbana e a fuga de investimentos para o interior.
2. Mostre a relação entre o aumento da população urbana, a diminuição do PIB das grandes metrópoles e o aumento da violência.
3. Como a Constituição brasileira promove o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais?

## **SEMANA 15**

**Desenvolvimento econômico sustentável. A pobreza como processo restritivo ao desenvolvimento econômico sustentável. Cultura, educação e tecnologia. Cidadania e responsabilidade social. A violência como fator restritivo ao desenvolvimento econômico sustentável. O meio ambiente e a importância de sua preservação para alcançar a sustentabilidade.**

### **Para a resolução dos casos, você poderá consultar:**

- Material disponibilizado pelo professor da disciplina.
- GALVEZ, Carlos. *Manual de economia política atual*. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. *Economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; ENRIQUE GARCIA, Manuel. *Fundamentos de economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

## == Caso 1

- a) A questão social como fator restritivo ao desenvolvimento econômico sustentável.
- b) A tecnologia como instrumento de inserção das classes sociais menos favorecidas.
- c) Crescimento e desenvolvimento econômico.

### **Boom de computadores aquece economia**

*Isenção fiscal barateia produto e faz vendas dispararem no ano: crescimento é maior na classe C e estimula a produtividade.*

Desde que comprou o primeiro computador, há três meses, a costureira Socorro Pinheiro Martins não parou de trabalhar. O micro de R\$ 1.899, parcelado em dez vezes, está conectado à Internet de alta velocidade e colocou a família, que vive em Campo Limpo, na região metropolitana de São Paulo, em um novo patamar: o dos consumidores eletrônicos. [...] “Agora tenho de conseguir mais trabalho, mas fico contente porque estamos melhorando de vida”. Socorro não está sozinha. Nos últimos dois anos, as famílias de baixa renda ingressaram com força na economia digital.

Segundo o CGI (Comitê Gestor da Internet), 6% dos brasileiros com ganho mensal de até R\$ 500 usaram a Internet para divulgar ou vender produtos ou serviços no ano passado. [...] Atualmente, cerca de 3,4 milhões de brasileiros trabalham em casa. Pequenas e médias empresas também estão adquirindo seu primeiro computador e já existem pesquisas provando os ganhos de produtividade para quem investe em tecnologia. Pilares da economia atual, os computadores estão incluindo este time na ciranda de geração de riqueza. [...] Com a inclusão dos consumidores de baixo poder aquisitivo no mercado, a Syntax — fabricante que atendia só o governo — mudou o rumo. “Agora 60% do negócio é para pessoa física”, afirma Cláudio Dias, presidente da empresa.

Principal atrativo para a compra de um computador, a queda dos preços começou em junho de 2005, quando o governo abriu mão da cobrança do PIS e da Confins em equipamentos até R\$ 2.500. Em janeiro deste ano, a decisão se estendeu para os de até R\$ 4.000. Só com isso, a queda foi de 9,25%, mas, com ganhos de escala, há fabri-



cantes que cortaram até 70% dos preços nos últimos dois anos. Com esse incentivo, os fabricantes estão colocando nas prateleiras produtos tão baratos quanto os do setor informal. “Quem gera emprego está retomando as vendas”, afirma Cezar Alvarez, coordenador do programa federal de inclusão digital. [...] Dados do Provar (Programa de Administração de Varejo), ligado à FIA (Fundação Instituto de Administração), da USP, confirmam que a inclusão digital está impulsionando o comércio. “As vendas praticamente dobraram no primeiro semestre deste ano e as classes C e D respondem por boa parte dessa explosão”, afirma Cláudio Felisoni de Ângelo, coordenador do núcleo.

*(Folha de S.Paulo, 09/09/2007)*

### **Questões:**

1. Por que a pobreza pode ser considerada um entrave ao desenvolvimento econômico sustentável?
2. Quais fatores são assinalados, no texto, como os responsáveis pela melhoria nas condições de vida das classes C e D?
3. Crescimento e desenvolvimento econômico nem sempre estão associados. Você acredita que este processo de difusão do uso de computadores e da tecnologia entre a população de baixa renda pode ajudar a promover o desenvolvimento econômico em nosso País? Fundamente sua resposta.

## **== Caso 2**

- a) Distribuição de renda e desenvolvimento econômico sustentável.
- b) Cultura, educação e tecnologia.
- c) Desenvolvimento econômico sustentável e legislação constitucional.

### **Inovação e desenvolvimento**

O Brasil, novamente se defronta com o desafio histórico de realizar um salto de desenvolvimento: reservas internacionais em nível recorde, contas públicas contidas, ambiente internacional tenso — mas com vigor suficiente para dar dinamismo ao setor externo da economia, na iminência da premiação do país pelas agências globais de classificação de risco.



Como em poucas vezes na história deste país, estão dadas as condições de financiamento, inserção internacional e organização empresarial para aumentar significativamente a taxa média de crescimento econômico e de consumo popular.

De fato, em várias outras oportunidades, o país reuniu condições igualmente extraordinárias de crescimento — em alguns casos, falou-se até em “milagre”. Como se sabe, no entanto, o bolo cresceu muitas vezes sem ser distribuído sequer razoavelmente.

[...] O país está preparado macroeconomicamente e institucionalmente para um salto de desenvolvimento, uma reconfiguração de seus domínios no espaço, no tempo e no universo digital.

O salto não depende apenas da existência de recursos fiscais, de mecanismos de financiamento ou de descobertas científicas. Todos esses elementos estão presentes neste momento do século 21, mas o Brasil parece retardatário diante das economias de referência, os chamados Brics (com Rússia, Índia e China). [...] Nos três casos, as parcerias entre setor público, setor privado e instituições de ensino e pesquisa são evidentes e cada vez mais intensas.

Cabe à sociedade brasileira assumir o desafio e construir uma nova cidadania fundada no conhecimento na cultura, na educação e na tecnologia.

(Folha de S.Paulo, 10/09/2007)

### Questões:

1. Analise um efeito positivo, em termos sociais, da ocorrência de um processo de desenvolvimento econômico com efetiva melhoria da distribuição de renda — diferente do que aconteceu nos tempos do “Milagre” entre 1968 e 1973.
2. De acordo com o texto, que desvantagens comparativas apresenta o Brasil, em relação aos demais componentes do Brics (Rússia, Índia e China)? Fundamente a resposta.
3. Como o desenvolvimento econômico sustentável está previsto na Constituição brasileira?

### == Caso 3

- a) A questão ambiental para promover o desenvolvimento econômico sustentável.



- b) Cidadania e responsabilidade socioambiental empresarial.
- c) A responsabilidade social como base para o desenvolvimento econômico sustentável.

### **Eles saíram na frente**

Em algumas regiões do planeta, a preocupação com o aquecimento global começou muito tempo antes das previsões apocalípticas feitas pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, no documentário *Uma verdade inconveniente*, lançado em meados de 2006. Como quase tudo na vida, quem saiu na frente espera colher — antes dos retardatários — as benesses do pioneirismo. Na dianteira dessa corrida estão lugares como a Alemanha, o estado americano da Califórnia e o Japão. [...] Essas experiências pioneiras levaram o economista inglês Nicholas Stern a defender recentemente que a indústria das tecnologias limpas deverá movimentar 2,5 trilhões de dólares em 2010, num dos documentos mais respeitados sobre o impacto das mudanças climáticas na economia mundial. Em cada um dos casos descritos a seguir, os benefícios de aliar interesses públicos com privados — em casos como o desenvolvimento de energias renováveis ou programas de reciclagem — já são visíveis e podem servir de exemplo para outras sociedades.

ALEMANHA — As hélices de geradores de energia eólica vêm mudando rapidamente a paisagem da Alemanha nas últimas décadas. Hoje o país possui o maior parque eólico do mundo, com capacidade de produção de 20600 megawatts de potência — 6% da demanda de energia total do país. A geração de energia eólica em 2006 evitou a emissão de 27 milhões de toneladas de gás carbônico. Até 2020, a meta é fazer com que a energia eólica represente 20% da matriz elétrica alemã — atualmente dependente do carvão e das importações de gás natural da Rússia e de petróleo do Oriente Médio. O resultado final dessa empreitada vai além das ambições de tornar a Alemanha ambientalmente correta. O desenvolvimento da indústria de energia eólica representa um sopro de renovação para o país, cuja economia esteve estagnada nos últimos anos. [...] As empresas envolvidas em toda a cadeia dessa indústria já são as maiores criadoras de empregos na Alemanha — e deverão abrir 100.000 novas vagas na próxima década. [...].

**CALIFÓRNIA** — [...] Desde a década de 70, a Califórnia é uma das pioneiras em medidas governamentais para redução de consumo de energia. Mais recentemente, iniciou-se um esforço para mudar a matriz energética do estado com metas ousadas. Por trás delas está o ex-exterminador do futuro Arnold Schwarzenegger, atual governador da Califórnia. Em parte por insistência de Schwarzenegger, a meta do estado de obter 20% de sua eletricidade de energias renováveis em 2017 foi antecipada para 2010. Para 2020, o objetivo é atingir 33% de participação de fontes renováveis como biomassa, pequenas hidrelétricas, energia solar e eólica [...].

**JAPÃO** — Até pouco tempo atrás, era comum ver televisores e computadores jogados nos lixões japoneses. Os consumidores do país, estimulados pelas novidades que as empresas lançam com velocidade cada vez maior, simplesmente descartavam os produtos usados sem se preocupar muito com o destino que teriam. Nos últimos sete anos, o governo japonês iniciou uma luta para acabar com as montanhas intermináveis de lixo que custam bilhões de dólares por ano para ser incineradas — e que não encontravam mais espaço no diminuto território do país. Hoje, a reciclagem atinge 49% do total de 570 milhões de toneladas de lixo geradas por ano no Japão — e movimenta 63 bilhões de dólares, o dobro do tamanho do setor de tratamento de lixo.

O programa de reciclagem japonês, iniciado em 2000, envolveu a instituição de regras de conduta para consumidores, varejistas e fabricantes. Uma série de leis começou a punir de maneira severa quem descartasse produtos usados em lugar público ou aterros ilegais, com multas de até 80.000 dólares ou cinco anos de cadeia. [...].

(Exame, 18/07/2007)

### Questões:

1. Com base no texto, como a questão ambiental pode influenciar no desenvolvimento econômico sustentável? Fundamente a resposta.
2. Mostre, a partir do texto, a importância da parceria do setor público e privado no sentido de promover uma política de sustentabilidade.
3. Quais as principais restrições de natureza social e econômica, na sociedade brasileira, para alcançar o desenvolvimento econômico sustentável?